COLEÇÃO
VOZES FEMININAS

TRATADO SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E O DIREITO DE VOTAR

1868

Anna Rosa Termacsics dos Santos

Prefácio e notas por
Cristiane Ribeiro

edições câmara

Câmara dos Deputados
56ª Legislatura | 2019-2023

Presidente
Arthur Lira

1º Vice-Presidente
Marcelo Ramos

2º Vice-Presidente
André de Paula

1º Secretário
Luciano Bivar

2ª Secretária
Marília Arraes

3ª Secretária
Rose Modesto

4ª Secretária
Rosangela Gomes

Suplentes de secretários

1º Suplente
Eduardo Bismarck

2º Suplente
Gilberto Nascimento

3º Suplente
Alexandre Leite

4º Suplente
Cássio Andrade

Secretário-Geral da Mesa
Ruthier de Sousa Silva

Diretor-Geral
Celso de Barros Correia Neto

Secretaria da Mulher
Coordenadora-geral da bancada feminina
Celina Leão

1ª Coordenadora adjunta
Luísa Canziani

2ª Coordenadora adjunta
Professora Rosa Neide

3ª Coordenadora adjunta
Professora Marcivânia

Procuradora da Mulher
Tereza Nelma

1ª Procuradora adjunta
Maria Rosas

2ª Procuradora adjunta
Lídice da Mata

3ª Procuradora Adjunta
Leandre Dal Ponte

Comissão dos Direitos da Mulher
Presidente
Elcione Barbalho

1ª Vice-presidente
Dulce Miranda

2ª Vice-presidente
Lauriete

3ª Vice-presidente
Aline Gurgel

Secretaria de Relações Internacionais
Secretária
Soraya Santos

Câmara dos Deputados

TRATADO SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E O DIREITO DE VOTAR

1868

Anna Rosa Termacsics dos Santos

Prefácio e notas por
Cristiane Ribeiro

edições**câmara**

Câmara dos Deputados
Diretoria Legislativa: Luciana da Silva Teixeira
Centro de Documentação e Informação: André Freire da Silva
Coordenação Edições Câmara: Ana Lígia Mendes

Editora: Daniele Lessa Soares
Preparação de originais: Letícia de Castro
Revisão: Seção de Revisão
Projeto gráfico e diagramação: Inara Régia Cardoso

Nota da edição: O texto original foi alterado para adequação às normas gramaticais atuais e também para maior clareza do texto, sem prejuízo do conteúdo original e do estilo da autora.

Linha Legado; Coleção Vozes Femininas.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.
Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRB1: 2109

Santos, Anna Rosa Termacsics dos, 1821-1886.
Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar / Anna Rosa Termacsics dos Santos ; prefácio e notas por Cristiane Ribeiro. -- Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

Versão E-book.
Modo de acesso: livraria.camara.leg.br
Disponível, também, em formato impresso.
ISBN 978-65-87317-49-6

1. Santos, Anna Rosa Termacsics dos, 1821-1886. 2. Direitos políticos da mulher, Brasil, séc. XIX. 3. Direitos da mulher, Brasil, séc. XIX. 4. Direito ao voto, Brasil, séc. XIX. 5. Voto da mulher, Brasil, séc. XIX. I. Ribeiro, Cristiane. II. Título.

CDU 396.9(81)

ISBN 978-65-87317-50-2 (papel) ISBN 978-65-87317-49-6 (e-book)

Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/2/1998.
Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia autorização da Edições Câmara.
Venda exclusiva pela Edições Câmara.

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação – Cedi
Coordenação Edições Câmara – Coedi
Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo
Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900
Telefone: (61) 3216-5833
livraria.camara.leg.br

Sumário

Apresentação 7

Carta à leitora e ao leitor 11

Prefácio 17

Tratado sobre a Emancipação Política da Mulher e o Direito de Votar 39

- **Primeira seção** 41
- **Segunda seção** 57
- **Terceira seção** 71

Sobre as autoras 117

Apresentação

"No *teatro da memória, as mulheres*
são sombras tênues."

Michelle Perrot,
Práticas da Memória Feminina

É com alegria que a bancada feminina desta Casa apresenta a nova publicação da coleção Vozes Femininas da Edições Câmara: este *Tratado sobre emancipação política da mulher e o direito de votar*, manifesto feminista escrito por Anna Rosa Termacsics dos Santos em 1868.

Onde esteve este livro nos últimos 150 anos? Como pôde um documento com essa importância histórica ter sido ignorado por tanto tempo? Quem foi a mulher que, no Brasil de 1868, ousou publicar um libelo em defesa da participação política feminina e da igualdade de direitos entre homens e mulheres?

Essas perguntas nos ocorreram de imediato ao nos depararmos com a preciosidade que é este Tratado. As respostas estão todas no instigante prefácio da obra, assinado pela historiadora Cristiane Ribeiro, responsável por trazer este livro esquecido à luz e por solucionar o mistério que envolvia sua autoria.

Publicado originalmente em um pequeno volume de modesta tiragem, impresso pela Typographia Paula Brito (editora de Machado de Assis, Casimiro de Abreu, José de Alencar e outros tantos nomes da intelectualidade nacional), a obra teve a autoria escondida sob as iniciais A.R.T.S.

Um século e meio depois, o título foi notado por Cristiane Ribeiro entre as raridades da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Surpreendida pela existência de uma publicação feminista tão precoce na história brasileira, a historiadora desenvolveu minuciosa pesquisa que a levou à descoberta de que as iniciais constantes da capa da publicação pertenciam a Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma professora de piano, línguas e primeiras letras que vivera no Rio de Janeiro e teria publicado a obra aos 47 anos de idade.

O desenrolar dessa notável descoberta é contado em detalhes por Cristiane em seu prefácio, que também nos revela elementos da trajetória de vida da mulher ousada, inteligente, erudita e atenta às transformações do seu tempo que foi Anna Rosa Termacsics. Uma intelectual de ideias corajosas e transgressoras, provavelmente incompreendida no seu tempo.

As teses defendidas no Tratado dizem respeito a direitos femininos como isonomia no matrimônio, acesso à educação, à profissionalização e ao trabalho remunerado, além de direitos políticos. Esses últimos recebem maior atenção da autora, que reivindica não apenas o voto para as mulheres, mas também o direito à candidatura a cargos de representação – ousadia impensável naquela época.

É pena que Anna Rosa não tenha vivido para ver o auge do movimento sufragista no Brasil, no início do século XX. Ou o primeiro voto feminino, de Celina Guimarães Viana, no Rio Grande do Norte, em 1927. Que não tenha sabido que o direito ao voto foi assegurado a todas as brasileiras em 1932 e que, em 1910, a professora Leolinda de Figueiredo Daltro fundou o Partido Republicano Feminino. Que tenha morrido sem as notícias de que, em 1928, Alzira Soriano de Souza se tornou a primeira prefeita do Brasil, eleita no município potiguar de Lages; em 1934, as mulheres chegaram ao Parlamento brasileiro representadas pela primeira deputada federal, Carlota

Pereira de Queirós; em 1989, foi eleita a primeira senadora da República, Júnia Marise e, em 2010, Dilma Rousseff assumiu o mais alto cargo representativo do país, a Presidência da República.

Anna Rosa Termacsics dos Santos, tão à frente do seu tempo, embora não tenha acompanhado as conquistas e os desafios femininos dos séculos XX e XXI, apontou, em 1868, problemas contra os quais lutamos ainda hoje. A representação política feminina equânime, por exemplo, ainda é grande desafio para o nosso país. Ampliar a ocupação de espaços políticos pelas mulheres – inclusive a participação feminina no Legislativo – é uma das lutas mais importantes que travamos no momento.

Parabenizamos a historiadora Cristiane Ribeiro pelo esforço fantástico de resgate da obra e a Edições Câmara, que mais uma vez nos orgulha pela qualidade, pelo ineditismo e pela riqueza do material que, a partir de agora, passa a ser acessível a todos os brasileiros.

A bancada feminina da Câmara dos Deputados saúda essa publicação, que dá voz a Anna Rosa Termacsics dos Santos depois de mais de um século e meio de silêncio. Com a reedição de sua obra, essa feminista do século XIX se une a nós, feministas do século XXI, na luta por uma sociedade mais igualitária e justa para todas as mulheres brasileiras.

Celina Leão
Coordenadora-geral da Bancada Feminina

Tereza Nelma
Procuradora da Mulher

Carta à leitora e ao leitor

Cristiane Ribeiro

Como iniciar a história do meu encontro, uma jovem historiadora, com Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma mulher que, em 1868, aos 47 anos, publicou o *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar* imbuída do sonho de igualdade de direitos entre homens e mulheres em meados do século XIX brasileiro? Bom, contarei como foi essa descoberta com afeto e entusiasmo.

Em 2016, navegando em uma rede social, deparei com uma reportagem instigante que logo chamou minha atenção como graduanda de história em processo final de formação. O título era "Tratado sobre a emancipação da mulher: uma feminista no Brasil de 1868", e a matéria trazia a informação de que existia uma obra publicada no longínquo ano de 1868 cuja autora "reivindicava o direito das mulheres de participar da política, do mercado de trabalho e da educação, e defendia o voto feminino também como um símbolo dessa possibilidade de participação".[1]

Parei um instante para refletir, uma vez que nunca tinha ouvido falar sobre essa possível discussão, voto feminino, no contexto do Império brasileiro. Nenhum professor ou professora, até então, sequer havia comentado sobre qualquer atuação feminina nesse sentido antes de finais desse século. Tomada pela surpresa, escrevi para a Biblioteca

1 MARIA. Tratado sobre emancipação da mulher: uma feminista no Brasil de 1868. Blog da BBM. 16 dez. 2015. Disponível em: https://cutt.ly/qhn7maY. Acesso em: 19 fev. 2021.

Brasiliana Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (USP), instituição cujo acervo é referência em obras históricas, com o intuito de atestar a existência daquela publicação. Já me ocorria que uma obra dessa magnitude poderia sustentar um projeto de pesquisa para o ingresso no Mestrado.

Como historiadora, páginas amarelas e empoeiradas sempre me encantaram, debruço-me sobre elas e um novo mundo surge na imaginação, às vezes até esqueço das horas. Com o *Tratado* não foi diferente; pelo contrário, posso dizer que foi amor à primeira vista. Lembro exatamente a data do primeiro contato que tive com ele, em 6 de maio de 2016, após a Biblioteca Brasiliana confirmar que tinha a obra em sua guarda e atender à minha solicitação para enviar o conteúdo digitalizado via e-mail. O meu primeiro contato com aquelas páginas foi pela tela do computador, graças ao avanço da tecnologia no universo arquivístico de historiadores e historiadoras pelo mundo afora.

Um misto de emoções tomou conta de nós. Aqui falo no plural pois, com o apoio e a orientação da professora doutora Silvana Mota Barbosa, do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, fui a primeira pesquisadora brasileira a analisar o *Tratado* no meio universitário. A professora Silvana compartilhou do meu encantamento e tornou-se uma grande parceira nessa empreitada, antes mesmo de ela se materializar em um projeto de pesquisa inscrito em um programa de pós-graduação.

A indagação central colocada era o fato de a publicação não conter autoria revelada. A responsável pelo texto assinou apenas com as letras A.R.T.S. Durante o século XIX, no Brasil, era muito comum que homens e mulheres assinassem seus textos sob o anonimato ou pelas iniciais dos verdadeiros nomes. A estratégia preliminar de pesquisa que adotei foi buscar, em bancos de dissertações e teses, alguma informação sobre o impresso em questão. Sem resultados, o

Tratado e sua autora eram desconhecidos nas diversas áreas, desde a literatura até a história.

O projeto de pesquisa sobre o *Tratado* foi submetido e aprovado, em 2017, quando ingressei no mestrado, mas não sem passar por descrenças. Diversas vezes fui questionada sobre sua potencialidade para o conhecimento histórico, bem como chegaram a duvidar que a obra fosse de autoria feminina. Cheguei, inclusive, a ouvir que ela poderia ter sido escrita por um homem, uma vez que isso aconteceu repetidas vezes no século XIX. Para uma pesquisadora iniciante, convenhamos, isso causou um certo desânimo. Todavia, mesmo com alguns percalços, após dois longos anos de pesquisa em arquivos e acervos documentais, defendi a dissertação de mestrado na Universidade Federal de Juiz de Fora, apresentando dados comprovatórios de que o *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar* tinha sido escrito por Anna Rosa Termacsics dos Santos.[2]

A busca pela identidade da escritora foi uma caminhada prazerosa nesse processo de pesquisa histórica. Cada informação localizada foi muito comemorada, incluindo fontes como anúncios de jornais, periódicos e manuscritos diversos da época. Logo no início da investigação, elaborei a hipótese de que era uma autora, isso porque, nas minhas primeiras buscas nos jornais, encontrei uma publicação informando o lançamento e os locais onde a obra poderia ser adquirida pelos leitores e leitoras. Esses anúncios, publicados entre fevereiro e março de 1868, traziam a informação de que o livrinho poderia ser comprado também na "casa da autora", situada na Rua Sete de Setembro nº 223, 1º andar. Esse dado em específico fortaleceu minha defesa de que se tratava de uma mulher;

2 RIBEIRO, Cristiane de Paula. A *vida caseira é a sepultura dos talentos:* gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850-1886). Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2019.

era o indício que eu precisava para continuar a jornada. Dar nome a A.R.T.S. se tornou, então, o principal objetivo a ser alcançado.

Narrar o percurso de uma mulher comum que ficou por muito tempo esquecida nas estantes dos arquivos é recompensador. Não só pelo trabalho empreendido nessa descoberta, mas pela necessidade de dar destaque a personagens históricas como A.R.T.S., a responsável por todas as ideias que circularam em 1868 por meio das páginas do *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar*, uma época que a discussão sobre direitos das mulheres começava a ganhar forma no país. Quando decidiu vender sua obra nas livrarias, a autora não quis se colocar publicamente, talvez pela insegurança na aceitação de suas ideias naquela sociedade ou até mesmo por escolha estética do anonimato: a alternativa elegida foi o uso apenas das iniciais. No entanto, hoje temos o compromisso para com ela em republicar a obra com seu nome gravado nas páginas iniciais, mesmo que mais de 150 anos depois: uma forma de reconhecimento por sua luta, que continua nossa.

Aos poucos, fui reunindo as informações sobre o *Tratado*. Um exemplar foi doado à Universidade de São Paulo (USP) em 2006, junto com milhares de outras obras, pelo famoso bibliófilo José Ephim Mindlin, que tinha um acervo pessoal com muitas compilações raras do século XIX. Sabia também que existia um outro volume preservado no acervo da *British Library*, na Inglaterra, o que indicava sua circulação para além do Brasil. De acordo com informações obtidas em contato com a instituição britânica, a aquisição aconteceu em 1869 por uma importadora de livros chamada *Trubners*. Porém, nenhuma das instituições sabia qualquer informação sobre autoria.

Passei, então, a buscar documentação sobre o imóvel do endereço anunciado como "casa da autora", na Rua Sete de Setembro, nº 223, cidade do Rio de Janeiro, nas relações de proprietários da-

quele período. Busquei também a documentação da tipografia Paula Brito, a responsável pelo trabalho de impressão, bem como vinha vasculhando, em jornais, críticas relacionadas à sua circulação que pudessem dar quaisquer indícios relacionados ao nome da autora. Apenas ao esmiuçar o *Almanak Laemmert*, livro com mais de mil páginas de informações sobre o cotidiano da Corte, que a identidade veio à tona. O impresso em questão, publicado anualmente, trazia informações sobre as mais diversas atividades, desde instituições religiosas, comércio, livrarias, tipografias, sociedades de leituras, aulas avulsas, colégios e até um índice alfabético com alguns moradores da cidade que ofertavam ali seus serviços com os respectivos endereços. No exemplar do ano de 1868, data de publicação da obra, no índice de moradores, letra A, o endereço que tinha em mãos apareceu associado ao nome da senhora Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma professora de piano e canto que oferecia lá os seus serviços desde o ano de 1850, ou seja, havia 18 anos que seu nome constava entre as professoras de música anunciadas no almanaque.

Prefaciar Anna Rosa Termacsics dos Santos é uma das maiores satisfações que tenho como historiadora e feminista compromissada com a luta contra os diversos tipos de desigualdade. Foi o trabalho incessante em arquivos que me levou à descoberta de seu nome e de suas reivindicações. Escarafunchar esses lugares, que guardam tantas histórias, revela episódios estarrecedores de opressão por muito tempo despercebidos aos olhos dos historiadores e historiadoras, e que agora começam a aparecer a público. Foi esse o caso das páginas amarelas do *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar*. Espero que vocês, leitoras e leitores, se surpreendam e criem um afeto particular por essa obra, assim como aconteceu comigo desde o primeiro encontro nos meandros de 2016. Boa leitura!

Prefácio

Cristiane Ribeiro

No início de 1868, a sociedade monárquica brasileira foi surpreendida com um pequeno livrinho que continha ideias bastante transgressoras. Por diversos fatores, a autora, anônima naquele momento, optou pela sua impressão como um livro de bolso, cujo tamanho era de 15,4 cm de altura por 11,5 cm de comprimento, o que indica os serviços tipográficos em preços mais acessíveis. A incógnita quanto à autoria está presente nas páginas do *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar* do início ao fim, o que dá indícios sobre as condições coercitivas e desiguais do acesso de mulheres na educação, trabalho, matrimônio e política. O nome da autora não aparece em nenhuma das 128 páginas de seu formato original.

A escritora tão procurada fora uma professora que transitava cotidianamente pelas ruas do Rio de Janeiro de meados do século XIX para lecionar suas aulas, não apenas de piano e canto, mas também de idiomas e primeiras letras. A.R.T.S., Anna Rosa Termacsics dos Santos, nasceu em 1821 em uma região que hoje abarca o território da Hungria, na Europa. Filha de um agricultor e comerciante de vinhas, um homem com posses e que prezava pelo cultivo intelectual, ela pôde, desde pequena, desenvolver com ardor suas aptidões pelas letras. Em 1828, com cerca de sete anos, chegou ao Brasil com o pai, o senhor Antônio Termacsics, e suas duas irmãs, Teresa e Amália, após a perda de sua fortuna em um processo judicial e um possível desgosto para

com sua nação, buscando novas oportunidades em um país recém-independente. Não localizei nenhuma informação documentada sobre a vinda de uma personagem materna; talvez a mãe já houvesse falecido.

A família húngara instalou-se inicialmente em São Paulo, onde o senhor Termacsics tentou se estabelecer nos negócios de produção e comercialização de vinho. Mesmo buscando recursos para progredir na província paulista, ao que parece ele não obteve muito sucesso. Assim, após tentativas fracassadas de empréstimos frente ao governo imperial, em 1836, o pai decidiu pela abertura de um estabelecimento de ensino em que suas três filhas seriam as responsáveis pelas aulas, dos ensinamentos de corte e costura até o piano. Nesse momento, Anna Rosa tinha apenas 15 anos, época em que possivelmente começou a adquirir a experiência com a docência, em especial a musical, trabalho que a acompanharia até o fim de seus dias.

O Rio de Janeiro, contudo, foi a localidade onde exerceu a maior parte de sua atividade profissional, residindo nela desde proximamente 1850 ou um pouco antes – não se sabe exatamente –, até falecer em 1886. Ela foi uma renomada professora de piano e canto que teve uma formação singular, tendo usufruído das aulas com o senhor Pazaick, considerado um dos melhores maestros da capela imperial austríaca do início do século. No entanto, não ficou sem passar dificuldades, necessitando expandir seu campo de trabalho para outras áreas muito requisitadas, como aulas de línguas e primeiras letras, serviços que também vieram a ser ofertados diariamente em seu nome nos anúncios da imprensa periódica.

Contrária às amarras do matrimônio, não se casou e permaneceu solteira e sem descendência. Residiu sozinha em pequenos sobrados pelo Rio de Janeiro e, vez ou outra, morou com escravizadas e suas filhas, as responsáveis pelos serviços domésticos da

casa. As necessidades básicas de subsistência eram unicamente de sua responsabilidade, o que, para uma mulher àquela altura, era ainda mais difícil, e isso é importante de se ressaltar. Segundo suas próprias palavras, o casamento era uma forma de opressão que privava as mulheres de terem uma existência independente, ficando destinadas exclusivamente aos cuidados domésticos, o que não era satisfatório para muitas que, como ela, brancas e letradas, vinham requerendo ocupar outros espaços profissionais e políticos, como aparece descrito em toda a obra. Em alguns momentos, sua crítica à instituição matrimonial é tão incisiva que chego a pensar nas represálias que essa discussão possa ter alcançado no período.

Nesse período, havia um segmento de mulheres, esposas e mães atuando em defesa da ampliação do acesso à educação para seus filhos e especialmente suas filhas, defendendo a emancipação feminina no âmbito intelectual. Pelo fato de serem esposas e mães que não questionavam o desenho social vigente, tinham a expectativa que suas ideias e reivindicações seriam mais bem aceitas. Anna, no entanto, ambicionava ir além, ao defender a liberdade irrestrita de trabalho para as mulheres e a satisfação de participar da vida política ao votar e poder ser eleita. Essa pauta arrojada, porém, não enchia os olhos das maternalistas. Elas acreditavam que esse cenário de direitos iguais seria para um futuro distante, não para o presente de 1868.

Sobre sua aptidão profissional no piano e canto, algumas considerações merecem destaque. O tocar e possuir um piano eram condições materiais de pessoas privilegiadas, uma vez que o próprio instrumento demandava alto investimento – o que já distingue a escritora no contexto em que viveu. Em contrapartida, Anna não era uma mulher aristocrática que pudesse exercer o trabalho apenas para dar fim ao ócio que tomava conta de muitas mulheres monárquicas. Pelo contrário, ela necessitava das aulas para conseguir

dar conta de suas necessidades econômicas de subsistência, até mesmo para poder comprar obras literárias, frequentar espaços como teatros, bibliotecas, lojas de modas e cafés, além das viagens internacionais que ela realizou, práticas muito comuns das intelectuais desse momento, mesmo daquelas que não fossem de famílias ricas e influentes. Essas senhoras buscavam na educação uma forma de distinção e aceitação em determinados círculos sociais.

Anna transitou em casas de famílias das mais diversas classes sociais, conforme indicam dados de seus serviços ofertados de igual modo nos subúrbios cariocas que estavam se formando. Também chegou a trabalhar como preceptora de crianças e até como governanta em moradias de homens solteiros e viúvos que necessitavam de mulheres para manter a ordem de suas casas. Tais registros indicam o universo amplo no qual ela se propôs a trabalhar, seja nas funções exercidas como também geograficamente, locomovendo-se horas dos seus dias em inúmeros espaços. A ampla atuação da escritora nos mundos do trabalho se relaciona com sua própria existência como uma mulher solteira, emancipacionista e que reivindicava a aquisição de direitos, os quais, caso fossem adquiridos, impactariam em melhorias na sua própria condição de vida.

Como professora, necessitava se portar com cautela. Segundo a legislação da instrução pública carioca, por meio do Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, só poderiam exercer o magistério aqueles e aquelas que provassem, além de suas capacidades profissionais, uma dita moralidade, como consta no artigo 12 desta legislação. Ao publicar sua obra, em 1868, escreveu que "é necessária uma coragem moral extraordinária, como a imparcialidade em uma mulher, para expressar opiniões em favor da liberdade do seu sexo", o que dá indícios de que a estratégia de assinar apenas com as iniciais de seu nome possa ter relação também com a interferência da publicação em sua empregabilidade na docência, que vinha passando pelos olhos atentos dos inspetores de governo.

Mesmo imersa em sua atribulada vida de trabalho, a escritora conseguiu tempo e dinheiro para viagens estrangeiras, nas quais teve contato com países e pessoas que influenciaram toda a escrita do tratado publicado em 1868. Esse contato transnacional era muito importante para o universo intelectual que ela vinha pleiteando inserção, sobretudo no âmbito da formação de um incipiente feminismo fortemente influenciado pelo liberalismo inglês e norte-americano. O contato com ideias e mulheres de outras localidades foi extremamente importante para que parte das discussões sobre as reivindicações das mulheres criasse raízes e se disseminasse em nosso país, claro, com adaptações às especificidades das brasileiras.

Suas viagens se concentraram, sobretudo, na década de 1850. As relações de passageiros nas entradas e saídas do Brasil foram as fontes para localizar os lugares que ela viajou, já que essas indicavam nominalmente homens e mulheres que saíam em determinada embarcação. Em 1853, por exemplo, encontrei seu nome na entrada dos portos da França e depois na Inglaterra, permanecendo em solo britânico por quase dois anos, até dezembro de 1854. Pouco tempo depois, em 1857, ela retornou à Inglaterra por alguns meses e, em seguida, no decorrer dos meses de 1858, esteve no Chile e na Argentina. No período em que se dedicou a viajar e a conhecer lugares, tinha entre 32 e 37 anos, idade não muito jovem, se formos pensar no contexto em que viveu.

Após retornar de todas as suas viagens, tão logo pisasse no Brasil, a escritora anunciava seus serviços como professora nos jornais, sobretudo nos diários, pela necessidade imediata de voltar à rotina de trabalho por motivos financeiros. Os gastos com essas estadas longínquas demandavam alto investimento, que provavelmente eram pagos com economias resultantes de algum tempo de seu trabalho ou até mesmo da venda de mulheres escravizadas e

móveis anunciados em periódicos momentos antes de embarcar nas suas viagens.

Quando decidiu pela publicação e venda do *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar*, a autora já carregava grande bagagem de conhecimento em âmbito internacional, além de toda uma experiência independente vivenciada em meio a inúmeras desigualdades de gênero. À data, ela tinha 47 anos, uma senhora solteira com ideias intelectuais e aprendizados inigualáveis no Brasil, em defesa de direitos historicamente negados às mulheres, desde o acesso à educação até a participação política.

O contexto escravocrata, por sua parte, deve sempre ser considerado ao pensar sobre a concepção de direitos das mulheres naquela época: as mulheres negras, pobres e analfabetas não eram consideradas em igualdade para as reivindicações existentes; inclusive, para a maioria das intelectuais, era impensável inseri-las em quaisquer das garantias que estavam sendo pretendidas. Tal apontamento é importante para compreendermos como a luta por liberdade e direitos das mulheres negras se construiu em oposição às demandas das mulheres brancas, carregando uma infinidade de especificidades que foram ganhando voz no decorrer das décadas.

A escravidão de negros e negras é pouco contestada no texto, sendo apenas considerada como uma grande mancha ainda presente no ano de 1868 em um país considerado civilizado, sem outros aprofundamentos. Em contrapartida, utilizou-se constantemente da escravidão como uma metáfora para explicar a condição de opressão que as mulheres se encontravam, denunciando, assim, o caráter insatisfatório e dependente de suas vidas. Esse vocabulário também é encontrado nas práticas de mulheres norte-americanas do período, que tiveram atuação importante no abolicionismo em discussão.

A sua trajetória como mulher branca imersa no cotidiano da escravidão traz dados sobre as incoerências da reivindicação por liberdade, uma vez que até mesmo aqueles e aquelas que criticaram um sistema de coação igualmente exploraram os serviços de homens e mulheres escravizados, tendo em vista que tais moviam a economia nacional. Ressalto esse ponto pois Anna Rosa foi proprietária de escravizadas, inclusive anunciando o aluguel, a venda e a busca dos serviços dessas mulheres na imprensa periódica. Sobre o aluguel, ele se deu possivelmente com o intuito de lucrar com os préstimos ofertados, uma vez que era comum que pessoas escravizadas trabalhassem no regime de diárias e entregassem parte do montante, ou até a totalidade, aos seus proprietários ou proprietárias. Esse indício leva a mais um tipo de renda que Anna Rosa contou para os seus subsídios básicos como uma mulher intelectual que aspirava a direitos, ao lado do que recebia como professora.

Em 1868, vivia-se um contexto de efervescência, tanto nacional como internacionalmente, nas discussões políticas envolvendo representatividade e democracia, com esse debate ainda restrito a grupos masculinos que vinham requerendo melhorias no sistema político. No Brasil, D. Pedro II e o poder Moderador, que dava ao monarca sempre a última palavra, eram motivo de contestação. Jornais da época comentavam a corrupção, os males da centralização decisória e os efeitos da política imperial para o cotidiano dos brasileiros. Além disso, as eleições vinham sendo motivo de insatisfação pelas inúmeras fraudes comuns em todo o território nacional, reproduzindo um circuito vicioso de permanência e disputa entre os mesmos políticos. Tudo isso propiciou que grupos instruídos que não se inseriam diretamente na política pudessem elencar suas críticas em publicações impressas com grandes tiragens e circulação. Algumas mulheres viram nesse cenário uma oportunidade de também reivindicarem o seu espaço nas discussões públicas e na política.

Um dos políticos e pensadores internacionais mais influentes nos debates foi o inglês John Stuart Mill, que, inclusive, é personagem constante na escrita do *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar*. O autor, que foi um dos maiores representantes do liberalismo vigente no século XIX, escreveu profusas obras que trataram sobre a questão do voto e da representação no parlamento. Ele foi um dos maiores defensores do direito do voto feminino, escrevendo e discursando sobre isso em suas participações políticas e públicas. Nesse sentido, merece menção o ano de 1867, isto é, um ano antes da publicação do *Tratado* no Brasil, em que Stuart Mill foi responsável por levar uma emenda sobre o sufrágio feminino para ser apreciada e votada no parlamento inglês, a qual infelizmente não veio a ser aprovada por seus companheiros, obtendo apenas 73 votos favoráveis contra 194. O fato imediatamente foi comentado na imprensa brasileira, sendo, na maioria das manifestações, descrito como curioso e inusitado. Mas esse episódio também teve o efeito de incentivar mulheres brasileiras como Anna Rosa a requererem seus direitos e se organizarem para que o mesmo debate chegasse aos espaços institucionais do país, como Mill, ao lado das inglesas, havia feito na Inglaterra.

Ademais, nos Estados Unidos, as ideias pelos direitos das mulheres também ganhavam grande repercussão, sobretudo após a convenção de Seneca Falls, ocorrida em julho de 1848. Na ocasião, as americanas se reuniram para denunciar as restrições de direitos e a injustiça relegada historicamente ao sexo feminino. Mulheres como Lucretia Mott, Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony foram algumas das que obtiveram destaque no movimento pelo sufrágio americano. Contudo, elas não foram as únicas, tendo em vista que alguns anos depois, em 1851, na convenção de Akron, Sojourner Truth, uma mulher negra e ex-escravizada, compareceu na circunstância e proferiu discurso que ficou conhecido mundialmente

ao derrubar as alegações de que a fraqueza e a inferioridade feminina eram incompatíveis com o sufrágio, apontando sua condição como mulher negra que experienciou a escravidão. Segundo suas palavras: "Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher?" Isso também é um ponto que comprova como a ideia de direitos era percebida de formas distintas pelas mulheres desse momento.

O século XIX também foi momento de expansão imperialista gradual, em que países como Inglaterra, França e Alemanha encabeçaram o movimento de conquista por outros territórios na Ásia e África, com ápice no decorrer do século XX. Como colonizadores, os países europeus estavam em busca de mercados consumidores e matéria-prima para a produção de mercadorias e necessitavam se legitimar frente aos povos colonizados. Com esse objetivo, utilizaram-se de argumentos ideológicos e de teorias raciais de supremacia, como trata o caso do evolucionismo social que começou a ser colocado, mesmo que timidamente, em meados do século XIX. De acordo com essa teoria, existiam regiões bárbaras e primitivas em oposição a outras civilizadas, representadas pelos países europeus. Argumentava-se que o processo civilizador implantado nas Américas deveria chegar aos continentes asiáticos e africanos também.

Anna Rosa demonstrou ter bastante conhecimento desses contextos brevemente mencionados, os quais não podem ser desconsiderados na análise de seu texto. A escritora com ideias emancipacionistas e transgressoras, aqui em realce, em meados de 1860 não esteve só muito atenta a todas as transformações de seu tempo, como inclusive utilizou-se delas para reivindicar direitos. A senhora Termacsics, nesse sentido, é uma de muitas feministas – aqui falo no sentido histórico desse conceito – que ainda permanecem desconhecidas ou no anonimato.

O *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar* é dividido em três capítulos ou seções, como a autora optou em sua publicação original. As ideias centrais defendidas por Anna Rosa Termacsics dos Santos estão relacionadas aos direitos das mulheres em um sentido amplo: acesso à educação, isonomia matrimonial, universo do trabalho profissional e direitos políticos, sendo este último um tópico em que ela vai direcionar uma maior atenção ao reivindicar não apenas o exercício do voto para as mulheres, mas também o direito destas de se candidatarem como representantes da população brasileira, algo que em 1868 de fato causou bastante estranhamento. Nos dias de hoje, grande parte das pessoas acreditam que essa reivindicação política foi enveredada unicamente pelas sufragistas e o movimento iniciado nas primeiras décadas do século XX. Por isso, é importante resgatar os nomes daquelas que abriram os caminhos para esse debate no Brasil.

Para demonstrar conhecimento sobre tudo que vinha sendo discutido mundialmente, inclusive para além do Ocidente, a senhora Termacsics trouxe exemplos de regiões da Ásia, as quais ela caracterizou como bárbaras. Tal caracterização é resultado direto das discussões evolucionistas colocadas cada vez mais em expansão em meados do século XIX. Anna provavelmente mencionou tais exemplos com o objetivo de demonstrar que, mesmo nessas regiões que a teoria social considerava como povos inferiores frente aos das nações ocidentais, existiram mulheres que exerceram a administração de seus países enquanto os filhos não alcançassem a maioridade exigida. Há indícios de que Anna também se dedicou aos estudos do Oriente, inclusive tinha o costume de leitura de historiadores mouros. A diferenciação que ela faz desses povos é reflexo direto do movimento em voga, uma vez que a Europa era o modelo de civilização e avanço a ser seguido no Brasil nas questões culturais e literárias. Falar inglês e francês, por exemplo, era requi-

sito básico e necessário para vida intelectual, uma vez que ambas as línguas se constituíam como os domínios linguísticos existentes.

Apesar de não trazer explicitamente essa proibição, a Constituição de 1824, única em vigência durante toda a Monarquia, perpetuou a exclusão sistemática de participação das mulheres no processo eleitoral brasileiro. O voto era censitário, ou seja, só poderiam votar e se candidatar os homens maiores de 25 anos que comprovassem renda líquida anual de 100 mil réis (eleições paroquiais) a 200 mil réis (eleições provinciais), valor que, para as eleições paroquiais, a título de exemplo, possibilitava a participação de muitos votantes pobres; até mesmo os negros libertos que se adequassem ao que a legislação exigia tiveram esse direito assegurado. Homens casados que atendessem ao critério de renda podiam votar a partir dos 21 anos.

Mulheres, religiosos, dependentes dos pais, escravizados e indígenas ficaram impedidos de votar. A contestação de Anna Rosa sobre a legislação vigente se dava, sobretudo, ao fato de esta possibilitar a igualdade de direitos civis desde "o homem mais miserável como o mais dotado", segundo suas próprias palavras. Isso autorizava homens pobres e sem qualquer intelectualidade a terem mais prerrogativas, até mesmo a de votar, caso comprovassem a renda requerida, sendo que mulheres com grande bagagem de conhecimento como ela estavam excluídas dessa participação política. A estratégia constitucional de inserir negros libertos como cidadãos, permitindo que votassem nas eleições paroquiais, para muitos foi vista como massa de manobra por parte de alguns políticos. Para Anna Rosa, fatos como esse eram inadmissíveis e só comprovavam a corrupção do sistema, tão criticada em seu texto.

A opressão de gênero presente no século de 1800 levou à argumentação materializada nas páginas do tratado de 1868, resultado de grande esforço de erudição por parte da autora. Segundo ela, a exclusão fortemente arraigada nas leis era a responsável

por legitimar uma inferioridade entre os sexos ditada por fatores biológicos. Anna contestou esse argumento ao dizer que, se isso realmente fosse verdade, isto é, se a inferioridade se desse pela biologia, não seria necessária uma legislação que reafirmasse isso. Ela destaca em vários pontos do livro como as leis eram iníquas e prejudicavam muito as mulheres, principalmente se estas fossem casadas e vivessem sob tutela e dependência dos maridos. Essas mulheres não podiam ter o controle de suas propriedades, de seus filhos e nem estabelecerem contratos comerciais, mesmo se o patrimônio da família fosse resultante da renda ou fortuna advinda da mulher; apenas se fossem solteiras emancipadas ou viúvas que uma possível independência econômica poderia ser exercida.

Para introduzir todas as suas ideias, Anna Rosa Termacsics achou nada mais justo que parafrasear o grande escritor e iluminista canônico Jean Jacques Rousseau que, ao pensar sobre os direitos do Homem, excluiu sistematicamente as mulheres como sujeitos políticos, inclusive argumentando favoravelmente à inferioridade feminina, utilizando-se de proposições científicas vigentes naquele momento. Para Rousseau, "o homem nasceu livre e por toda parte encontra-se sob ferros", o que Anna contrapôs lindamente ao dizer que "a mulher [também] nasceu livre, a mulher geme em ferros" logo ao lermos a primeira frase do *Tratado*. A escolha de iniciar uma obra, cujo tema central é a reivindicação pelos direitos das mulheres, em uma crítica a Rousseau já indica seu combate contra as amarras patriarcais históricas que impediam mulheres como ela de exercerem livremente seus direitos civis e políticos.

Assim como Jean Jacques Rousseau foi mencionado, diversas outras personalidades históricas, sejam elas vivas em 1868 ou não, serão destacadas em notas nas páginas que seguem para leitura. Todavia, o grande número de personalidades, 112 no total, impossibilita que todos sejam apontados. Não foram encontrados registros

de várias pessoas mencionadas, o que indica que nem todos os personagens apresentados pela autora obtiveram reconhecimento histórico postumamente. A citação de nomes como Platão, Aristóteles, Marquês de Condorcet, Stuart Mill, Lorde Byron, Schiller, Locke, Voltaire, Montesquieu, Tocqueville, Godwin, além de mulheres renomadas como George Sand, Madame de Stael, Harriet B. Stowe, Catarina de Médici, rainha Vitória, Isabel de Castela e Lucrécia Bórgia sinaliza grande percepção histórica de Anna, resultado de muito estudo e esforço individual autodidata, algo habitual para mulheres desse momento que não tinham abertas as portas das grandes escolas e universidades.

O texto é todo apresentado na terceira pessoa do plural, assinalando que as reivindicações colocadas foram resultado de uma insatisfação coletiva e experimentada também por outras mulheres que frequentaram os mesmos círculos da autora. Nesse sentido, destrinchei registros da existência de redes de mulheres nas redações dos jornais, em associações filantrópicas, teatros, clubes literários, grupos religiosos e também em instituições educacionais, comprovando que era uma prática comum o compartilhamento de gostos, habilitações e ambições profissionais entre o sexo feminino. Essas mulheres, algumas ainda timidamente, utilizaram esses encontros para tecerem estratégias de mobilização de suas ideias no espaço público, e as publicações, entre jornais e obras literárias, foram bastante promissoras para incentivar os debates. Importante ressaltar que o cenário da época preconizava que as mulheres poderiam ser educadas, mas nada que extrapolasse os aprendizados básicos de leitura, línguas e música. Conhecimentos como aritmética, filosofia ou história eram lecionados apenas aos meninos que tinham um futuro profissional pela frente, quem sabe como advogado, deputado, jornalista, no ramo do comércio e afins.

O universo impresso, obras e jornais, foi o principal veículo na divulgação das ideias coletivas de mulheres como Anna Rosa, que utilizaram de suas penas para tecerem críticas sociais à condição desigual a que estavam submetidas. Algumas até encabeçaram seus próprios negócios no ramo jornalístico, lançando jornais feitos por mulheres e direcionados para elas, como tratam os casos de Joana Paula Manso, Violante Atabalipa Ximenes Bivar e Vellasco, Gervazia Nunezia Pires dos Santos Neves, redatoras do *Jornal das Senhoras*, que circulou no país de 1852 a 1855, e de Júlia de Albuquerque Sandy de Aguiar, redatora do *Bello Sexo*, que circulou alguns meses no ano de 1862. Os jornais, mesmo aqueles com aspirações emancipacionistas, pregavam um modelo de feminilidade que as mulheres deveriam se adequar: cobrava-se religiosidade, moralidade, recato, sensibilidade, além da necessidade de se portarem como boas esposas, mães e donas de casa. Inclusive era de praxe colocar o argumento que seriam melhores esposas e mães ao terem acesso mais amplo à educação e cultura.

Apesar das contestações impressas que surgiram nesse período em favor da atuação das mulheres para além do ambiente doméstico, o considerado "papel feminino" estritamente no lar era amplamente aceito. Anna Rosa quis alargar as fronteiras: "depois que se acabam os trabalhos domésticos, resta muito tempo ainda para outras coisas", sugerindo que os encargos domésticos, ainda que fossem realizados unicamente por mulheres, não as impediam de estarem no espaço público. A autora também indica que, para muitas mulheres, a ocupação exclusiva em tarefas domésticas era uma vida insatisfatória, possivelmente em uma menção a si própria.

Cada página de sua obra apresenta aos leitores e leitoras que ela foi uma mulher com grande ousadia e ambição. Tal feito reforça a importância de uma análise historiográfica mais atenta sobre o

que é o feminismo. Anna Rosa Termacsics dos Santos se colocou publicamente em seu texto como representante da emancipação política da mulher, título de sua obra, posição que se assemelha ao que Bertha Lutz[3] também fez, só que nas primeiras décadas do século XX no movimento organizado pelo sufrágio. Isto posto, lanço a pergunta: como excluir Anna Rosa Termacsics dos Santos da luta histórica de mulheres em busca de seus direitos, no âmbito do que hoje chamamos de feminismo? Não creio que o surgimento do feminismo, que algumas intitulam de primeira onda, como contestação às opressões de gênero, possa ser pensado apenas a partir das sufragistas, inviabilizando trajetórias tão significativas como a da autora desse *Tratado*.

Toda sua argumentação é construída a partir da ideia de que abrir o mundo da educação e do trabalho às mulheres, com todos os seus direitos devidamente garantidos, traria um melhoramento social inigualável, um verdadeiro horizonte de futuro melhor para todos. Anna Rosa tinha a percepção de que o sexo feminino traria mudanças significativas na construção de um novo modelo de sociedade em um futuro vindouro. Futuro este que ainda está a avançar, uma vez que a luta das mulheres pela equidade permanece árdua, mesmo que o melhoramento reivindicado em 1868 tenha sido em grande parte alcançado, e desde lá muita coisa mudou, ainda bem! Ainda me pego refletindo o quanto a sabedoria de Anna Rosa Termacsics se destaca em um momento que as mulheres não tinham minimamente acesso aos cursos profissionais e universitários,

3 Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) foi uma bióloga e feminista brasileira que teve grande destaque no movimento pelo sufrágio das mulheres no Brasil, tornando-se nacionalmente uma das principais líderes dessa luta. Fundou, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), com o intuito de organizar a batalha das feministas por seus direitos no país, mobilizando conferências, passeatas e negociações com políticos daquelas primeiras décadas do século XX. SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

bem como ao mundo do trabalho. Elas mal podiam sair sozinhas nas ruas depois de determinado horário.

Anna Rosa Termacsics dos Santos faleceu em 15 de outubro de 1886, por volta da meia noite na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, após ser atendida no local com o diagnóstico de problemas pulmonares. O seu óbito ocorreu quase vinte anos após a publicação do *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar* e, nessa data, as exigências propostas em 1868 ainda não haviam sido alcançadas. Ela faleceu sem saber que estas ainda demorariam algumas décadas para se consolidarem após grandes esforços de outras mulheres que a seguiram, possivelmente influenciadas por publicações como a sua.

Um exemplo interessante aconteceu em finais do ano de 1891 no Rio Grande do Sul. Na circunstância, a professora e jornalista Julieta de Melo Monteiro utilizou-se da obra publicada em 1868, no Rio de Janeiro, para alicerçar sua argumentação em defesa dos direitos das mulheres. Segundo a jornalista, responsável pelo periódico sulista *O Corymbo*: "A história de todos os tempos mostra-nos uns cem números de exemplos da capacidade intelectual da mulher, exemplos que se repetiriam diariamente se fossem outros os elementos de que [elas] dispõem".[4] Esse fato exemplifica a importância de suas ideias engajadas para as mobilizações de mulheres pelo Brasil afora, muitas das quais só tomaram forma anos após seu falecimento.

A luta pela reivindicação dos direitos das mulheres foi um processo histórico que advém de muito tempo, tendo suas raízes ainda em finais do século XVIII como fruto das ideias iluministas e do processo revolucionário francês. Mulheres como Anna Rosa Termacsics talvez não imaginassem a proporção que suas reivindicações tomariam com o passar das décadas e dos séculos. Se, em uma situação hipoté-

4 *Corymbo*. Rio Grande do Sul. 20 dez. 1891. Ed. 61, p. 1.

tica, pudessem ser informadas do mundo de hoje, ficariam muito orgulhosas. Como isso é irreal, fruto da imaginação fantasiosa de uma jovem historiadora, fiquemos com os fatos concretos e materializados disso tudo.

No decorrer da década de 1880 no Brasil, contexto de seu falecimento, as ideias favoráveis ao sufrágio feminino tinham cada vez mais espaço na imprensa periódica. Os jornais com mulheres em suas redações foram importantes para que estas discussões circulassem e obtivessem, paulatinamente, adeptas à causa. Josephina Álvares Azevedo, professora e jornalista-redatora do jornal *A Família* (1888), foi figura importante nesse momento. Em 1888, o Brasil decretou a abolição da escravidão após uma grande luta dos escravizados e do movimento abolicionista e, em 1889, foi proclamada a República Federativa Brasileira, que pôs fim de maneira drástica à Monarquia brasileira. De forma bastante concisa, constata-se que essa foi uma década conturbada para os brasileiros e brasileiras que observaram suas vidas tomarem rumos completamente distintos. Criou-se um horizonte de expectativas que rapidamente despontou como frustração.

Os ares da República não foram favoráveis para muita gente. Mulheres e homens libertos se inseriram na sociedade sem qualquer amparo social e legal do Estado, permanecendo em um processo ainda maior de degradação. As mulheres brancas que ansiavam pela conquista de seus direitos civis e políticos foram totalmente enganadas ao acreditarem que o novo formato de governo traria o tão sonhado direito ao voto.

A elaboração da Constituição republicana de 1891 repercutiu uma mobilização de mulheres que requereram que o voto fosse estendido ao seu sexo. O texto final acabou não prevendo tal direito, o que fez com que o movimento pelo sufrágio se tornasse ainda mais forte. Foi apenas em 24 de fevereiro de 1932 que este veio a ser

assegurado por lei no Brasil, como resultado de um longo processo da luta feminista que contou com várias protagonistas em todo o país, as quais vinham se organizando de diversas maneiras: desde negociações com figuras políticas, escritas de panfletos e jornais, manifestações públicas, greves e até dentro dos próprios sindicatos das diversas categorias de trabalho onde estavam inseridas. Tudo isso indica como a luta foi heterogênea e não pode ser pensada, por exemplo, apenas na figura de Bertha Lutz, tida majoritariamente como ativista prima desta luta. O movimento foi muito maior e veio de outrora, como a publicação do tratado em 1868 indica, contando com a colaboração também de Anna Rosa Termacsics dos Santos, 64 anos antes.

A conquista do voto não melhorou de imediato a condição das mulheres no acesso à educação e participação política. Ainda hoje elas enfrentam enormes dificuldades para serem eleitas em cargos majoritários ou como representantes legislativas. Em 2021, a Câmara é composta por 77 deputadas mulheres, o que equivale a apenas 15% do total, um número ainda ínfimo comparado aos mais de 150 anos de luta pela inserção na política. No Senado, por sua vez, temos 12 mulheres, o que corresponde a 14% dos senadores. Algo bastante assustador e de grande indignação é saber que apenas em 2016, mais de cinquenta anos após a inauguração do prédio do Congresso Nacional em Brasília, foi construído no Senado um banheiro exclusivo para mulheres. Até então, as senadoras eram obrigadas a deixar o plenário para utilizar o banheiro do restaurante ao lado.

O Brasil tem uma das menores taxas mundiais de presença feminina no legislativo federal, ocupando a 116º posição em *ranking* com

190 países, segundo dados divulgados pela União Inter-Parlamentar.[5] No Poder Executivo federal, dentre os doze presidentes eleitos por voto direto no país, tivemos apenas Dilma Rousseff como mulher eleita.

O fato de a ciência ter sido instituída pelos homens também fez com que esse campo fosse negado às mulheres por longas décadas. Até 2018, a título de exemplo, apenas 51 mulheres ganharam o prêmio Nobel, enquanto 856 homens foram laureados.[6] Apesar de serem hoje maioria nas universidades, como apontou o relatório *Education at Glance* (2019), divulgado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), elas continuam tendo menores chances de inserção no mercado de trabalho. No Brasil, foi apenas no ano de 1879 que o governo imperial permitiu, condicionadamente, a entrada feminina em cursos superiores.[7] Porém, segundo indícios, a primeira mulher a se graduar foi Rita Lobato Velho Lopes, em 1887, na Faculdade de Medicina da Bahia. Questões como essa comprovam como o gênero ainda influencia muito nas relações sociais, perpetuando desigualdades estruturais em todos os âmbitos, seja na profissionalização como na inserção no mercado de trabalho.

Em 1868, Anna Rosa Termacsics já demonstrava indignação com o pagamento desigual pelos serviços das mulheres que, segundo suas palavras: "não ganhavam a terça parte que o homem ganha

5 HAJE, Lara. Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara. Fonte: Agência Câmara de Notícias. 29 mar. 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/. Acesso em: 19 fev. 2021.

6 Nobel Foundation. (2018). Nobel Prize awarded women. Dados disponíveis em: https://www.nobelprize.org/prizes/lists/nobel-prize-awarded-women/. Acesso em: 19 fev. 2021.

7 Decreto 7247, de 19 de abril de 1879. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html. Acesso em: 19 fev. 2021.

no mais miserável ofício", afirmando em seguida que "o trabalho da mulher é barato pela grande abundância que existe", uma vez que muitas precisavam trabalhar, e as ocupações abertas eram muito poucas, propiciando que se submetessem, em muitos dos casos, a condições e pagamentos precários. Em 2019, de acordo com pesquisa realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),[8] 151 anos após a publicação do *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar*, as trabalhadoras mulheres ainda ganhavam, em média, 20,5% a menos do que os homens no Brasil, além de terem jornadas duplas ou triplas a também serem cumpridas em suas casas com as funções domésticas e o cuidado dos filhos e filhas.

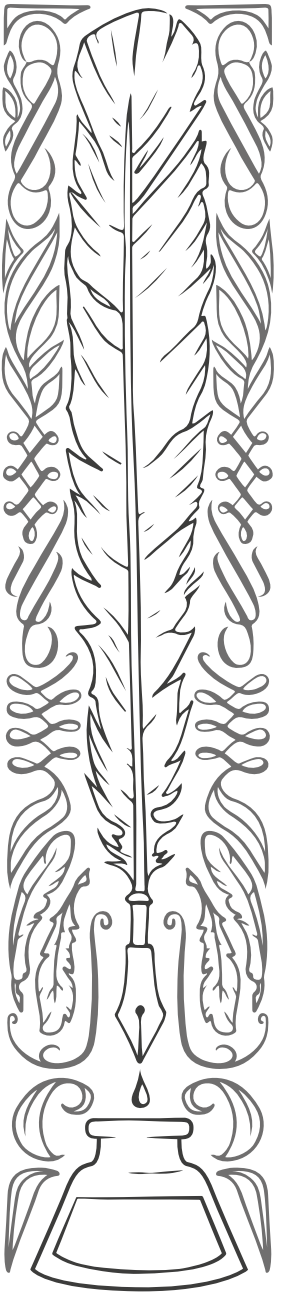
Apenas em 26 de dezembro de 1977, o Congresso Nacional sancionou a lei que deu direito ao divórcio, e ainda hoje muitas mulheres vivenciam casamentos abusivos e violentos, tendo dificuldades para a dissolução legal por diversos fatores, como a dependência financeira e psicológica de seus cônjuges. Leis como a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) ou a Lei do Feminicídio (nº 13.104/2015), ambas promulgadas com o objetivo de proteger as mulheres da violência doméstica, são um grande avanço do movimento feminista, mas ainda há muito o que lutar. Quando verificamos que, em 2020, o Brasil teve um aumento significativo no número de mulheres vítimas de violência doméstica, em virtude do isolamento devido ao Covid-19, constatamos que a luta é contínua.

As últimas palavras de Anna Rosa no texto apontam para um futuro esperançoso após 1868, com felicidade e igualdade: "o que quero é que a mulher seja instruída conforme suas habilitações;

8 PARADELA, Rodrigo. Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. Fonte: Agência IBGE Notícias. 8 mar. 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens. Acesso em: 19 fev. 2021.

o que queremos é que a mulher seja recompensada conforme seus merecimentos; o que queremos é que ela tenha uma posição na sociedade, correspondente às suas obrigações e aos seus talentos". O horizonte de expectativas que Anna Rosa Termacsics dos Santos almejava está sendo vivido com avanços consideráveis; ainda não chegou, no entanto, ao ponto de garantir igualdade irrestrita. Isso requer uma organização feminista coletiva diária e que abarque a heterogeneidade das mulheres, sejam brancas, negras, com alguma deficiência, ricas, pobres, indígenas, lésbicas, trans, trabalhadoras do campo ou da cidade. Os feminismos têm alcançado avanços consideráveis, uma vez que, quando falamos em direitos das mulheres, temos que estar cientes de que eles não são os mesmos para todas; nunca foram. É necessário compreender a diferença de gênero a partir de vários marcadores sociais que, aliás, carregam resquícios desse nosso passado escravocrata de 1868.

Depois dessa breve história apresentada – a vida de uma mulher comum que viveu em meados do século XIX e que almejava entusiasticamente direitos –, quero finalizar com a importância do resgate de seu nome em 2021, 153 anos após a publicação desta obra em seu formato original. Apresentá-la ao público, junto com suas ideias, deslinda um passado pouco lembrado que, no entanto, jamais deve ser esquecido: que seu nome figure entre as muitas outras mulheres que lutaram por direitos e que todas elas sejam reconhecidas no presente!



TRATADO SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E O DIREITO DE VOTAR

Anna Rosa Termacsics dos Santos

Primeira seção

A mulher nasceu livre,
a mulher geme em ferros.[9]

I

Não queremos menosprezar outros métodos de defender a mulher, mas o direito de votar é, na minha opinião, a pedra angular da empresa, desde que não só procuremos proteger a mulher, mas antes pô-la em uma posição de se proteger ela mesma.

II

Que, depois, ela será só censurada se não desaparecerem todas as bárbaras e desiguais leis que desmoralizam a nossa sociedade, a relação do matrimônio, a propriedade, a administração e o usufruto. Nós confessamos que, para esperança dos proveitosos empregos na sociedade, a cultura intelectual é um dos mais fortes estímulos.

III

É suficiente para nosso argumento: a justiça natural, a política e os axiomas da liberdade determinam que direitos, obrigações, tributos e representações devem ser coexistentes e coextensivos; logo que a mulher, como individual cidadã, está exposta à punição por atos criminosos e a tributos para socorrer o governo, evidentemente tem igual direito, como o homem, para votar, para o exercício destas leis e para a formação dos governos.

9 Uma paráfrase do filósofo Jean Jacques Rousseau na obra *Do Contrato Social* (1762), na qual escreveu que "o homem nasceu livre, e por toda parte encontra-se sob ferros". O autor, um iluminista destacado, se manifestou contrariamente à inserção do sexo feminino em qualquer debate sobre direitos do homem.

IV

A justiça natural e a política concedem igualdade civil à mulher, e dessa opinião foram os grandes pensadores Platão, Mill e Condorcet. Associações voluntárias, tanto religiosas como seculares, foram organizadas nessa base, com argumentos repetidos de que nenhuma comunidade ou nação existiria que a mulher não ficasse em estado de inferioridade na política; mas nós respondemos a nossos antagonistas que isso mesmo se citava contra os servos, contra a liberdade da indústria, contra a liberdade da imprensa, a liberdade da consciência; todas essas liberdades se achavam incompatíveis com um Estado bem organizado; até se tem dado a possibilidade de fato, o que não é difícil compreender, porque era costume geral a escravidão[10] da mulher, quando citamos a época em que a força era direito.

V

Longe de negar a dominante influência social e civil da mulher, nós somos convencidos de sua vasta extensão. Concordamos com Demóstenes que ordens e medidas que um homem de Estado medita um ano inteiro podem ser derrubadas em um dia por uma mulher. Por essa razão, proclamamos a conveniência de dotá-la com plenos direitos civis – só depois que ela exercer sua poderosa influência debaixo de um justo senso de sua obrigação e responsabilidade.

A história de todas as idades é testemunha de que a única segurança para a nação é a responsabilidade onde existe um observado poder.

10 Durante o século XIX era comum que mulheres brancas que começavam a reivindicar direitos utilizassem a metáfora da escravidão para comparar com a condição insatisfatória de suas vidas. Essa comparação aparece no decorrer de todo o *Tratado*. Muitas dessas mulheres, aliás, tiveram significativa atuação no movimento abolicionista em expansão pelo mundo.

VI

Nós devemos desaprovar que uma parte da espécie humana decida de outra parte da mesma espécie, ou que um individual decida de outro individual que não é sua esfera própria, que a própria esfera de cada ente humano é a mais larga e a mais alta que pode alcançar; isso não pode ser acertado sem completa liberdade de escolha.

A mulher deve escolher a esfera que ela deve encher, a educação que quer procurar e que emprego quer seguir, e não ser obrigada a aceitar com submissão os direitos, a educação e a esfera que o homem pensa próprio para conceder a ela.

VII

Nós temos estas verdades evidentes: que todos os homens são criados iguais, que eles são dotados por seu Criador com certos inalienáveis direitos, que são entre eles a vida, a liberdade e a perseguição da felicidade. Governos têm sido estabelecidos para assegurarem esses direitos entre os homens, que deduzem seu justo poder do consentimento dos governados. Nós chamamos o homem ignorante e ousado quando nega que esta expressão – "homens" – não encerra todo o gênero humano, e que a liberdade, a vida, a procura da fé e a felicidade são os direitos inalienáveis somente de metade da espécie humana.

VIII

Nós não achamos peso neste argumento de que é necessário excluir as mulheres da vida civil porque cuidados domésticos e obrigações políticas são incompatíveis, desde que nós não vemos o fato no caso

do homem. Nem mulher nem homem precisam de uma lei[11] que os exclua de uma ocupação quando tenham empreendido outra, incompatível com ela.

IX

Que é absurdo negar a todas as mulheres direitos civis, porque os cuidados da casa e família consomem todo o seu tempo: de algumas, mas não de todas; era como excluir todos os homens da Assembleia, porque são alguns marinheiros, outros soldados em serviço ativo, ou negociantes, cujo negócio requer toda a sua atenção e energia.[12] A mulher nasceu livre; a mulher está em ferros nesta época de hoje, em que tudo respira a liberdade; é tempo de considerar este objeto e tratar de uma reforma que se poderia chamar a mais magnífica neste mundo. É tempo que o homem neste século das luzes, quando grita liberdade, compreenda a dignidade da mulher e a baixeza do abuso de forças. Fosse primeiro protesto contra a injustiça que choca tanto o caráter e o destino da metade do gênero humano, as leis têm também sido iníquas. Os governos principiaram pela força e tirania; principiou no feudalismo dos soldados, na bigoteria[13] dos padres, e as ideias da justiça e humanidade se faziam iguais a um arcano contra o organizado egoísmo da natureza humana, e isso é

11 A Constituição de 1824, vigente no momento da escrita, qualificava como eleitores os maiores de 25 anos, com renda líquida anual de 100 mil réis para as eleições paroquiais, e de 200 mil réis para as eleições de província. No quesito da idade, abria-se exceção aos maiores de 21 anos que fossem casados, bem como para militares e bacharéis formados. Podiam votar nas eleições de paróquias os libertos, desde que nascidos no Brasil e obedecendo ao critério censitário. Ficavam excluídos do direito ao voto os criados e religiosos, as mulheres, os escravos, os índios e os filhos dependentes que vivessem sob tutela dos pais.

12 Muitos homens que atuaram na política imperial também exerceram outras profissões para além dos cargos públicos. José de Alencar, por exemplo, reconhecido escritor brasileiro, tinha na política a sua ocupação profissional principal, tendo sido deputado e ministro da justiça do governo de D. Pedro II.

13 A palavra bigoteria não existe em português. Um vocábulo que se aproxima, em inglês, é *bigotry*, com tradução de intolerância.

o protesto contra o passado. Épocas da escuridão, a baixa classe de vários países da Europa pretendeu direitos civis, direito de votar e uma direta representação no governo. A classe ilustrada gritava: "Vós não sois aptos para isso"; a resposta era: "Deixai-nos experimentar, que a França e mais países na Europa não são esmagados debaixo de mãos de governos de milhares de anos".[14] A resposta era: "Deixai-nos experimentar" àqueles que duvidavam do sucesso desta experiência. A mulher está na mesma circunstância. Vós que censurais, diz ela, nossa fraca inteligência, lancem-nos o dado; vós pretendeis dizer que eu embaraço a política, deixai-me experimentar. Abri vossas portas da Assembleia e Academias e dai às irmãs de Stael[15] a mesma ocasião para cultura de espírito que o homem tem: deixai o resultado provar quais são a sua capacidade e inteligência. Quando a mulher tiver gozado por mais séculos que vós, com adjutório de livros, a disciplina da vida e o estímulo da glória, será tempo de discutir sobre esta questão. Como é a vossa inteligência, assim é a da mulher, porque ela é igual ao homem; entretanto se costuma dizer que espíritos fazem uma carreira, não obstante todos os obstáculos; contudo, quem sabe quantos talentos têm sido assassinados por falta de meios, que podiam ter alcançado a maior celebridade e glória. Seja como for, esplêndido o dote natural, a disciplina da vida completa todo o milagre. A habilidade de Napoleão, o

14 Citação direta à Revolução Francesa com suas bases ideológicas nos ideais iluministas da igualdade, liberdade e fraternidade. Destaca-se que a desigualdade social foi a primeira causa desencadeadora do processo revolucionário na França.

15 A caracterização da autora como uma das "irmãs de Stael" dá particular atenção à trajetória da francesa que viveu no século antecedente. Anne-Louise Germaine de Staël-Holstein, mais conhecida como Madame de Stael (1766-1817), foi uma escritora da aristocracia francesa reconhecida mundialmente pela relação conflituosa com Napoleão e por suas posições emancipacionistas em questões sobre artes, política e literatura. Escreveu diversas obras como *Corina a influência das paixões* (1807), A *literatura da Alemanha* (1810) e *suas Cartas de Filosofia* (s/ data). Stael, no decorrer do século XIX, foi constantemente referenciada como modelo de mulher a inspirar as pautas reivindicatórias de direitos pelo mundo afora.

que era? Um gênio de esperança de ficar um Cezar. Abre o caminho à mulher, confunde-a com os grandes interesses, e se três séculos não produzem um Carlos Magno, um Napoleão, depois confesso que há alguma diferença entre as inteligências dos sexos. Séculos somente podem pôr uma base neste argumento: homens medíocres são inclinados a disputar sobre a capacidade da mulher, mas é porque temem a sua superioridade. Platão, assim como outros filósofos, e como os maiores espíritos da França, Inglaterra e Alemanha, concordam sobre a inteligência igual dos dois sexos; só a educação faz a diferença. Diz-se que a mulher é deserdada da natureza, é destituída do espírito de invenção e que nada tem produzido; que o homem é astrônomo, poeta, maquinista e descobridor de terras; mas, se ele recebesse a triste educação da mulher, que só serve para pasto do despotismo do homem, quero saber que habilidades ele adquiriria e o que haveria de produzir na escravidão que agora produz na plena liberdade da escolha de sua esfera com estímulo da celebridade e sua elevada educação. A mulher diz agora: "Eu nunca sondei os abismos da ciência porque ouvi sempre essa doutrina: que isso é inconveniente ao nosso sexo, e que todos os conhecimentos do mundo são supérfluos à mulher"; tem-se arredado todos os meios de cultura de espírito. Diz-se que a mulher nunca alcançou a eloquência de Demóstenes, mas nunca se espertou minha energia mostrando-me uma coroa de glória e celebridade e a gratidão de ganhá-la. Dizei agora para diante, bem-vinda para nós em nossa arena; deixai fatos e não teorias determinar minha esfera e minha capacidade: a mais vasta inteligência não pode prever as consequências de uma grande reforma social. A mulher é um ente inteligente, e por que não terá parte nos negócios públicos? O senso da justiça não dita que o ente que sofre debaixo das leis deve ter direito à formação delas? Que essa criatura cuja indústria está sujeita a tributos deve ter uma voz de fixar o caráter e a quantia do tributo? O mal que algumas almas

timoratas profetizam do caráter da mulher no exercício dos seus direitos políticos não nos dá cuidado; deixai a educação formar o racional e a existência moral da mulher: a natureza completará o resto. É inegável que seja injustiça a mulher estar sujeita ao cárcere, às prisões, aos tributos, e negar-lhe a urna eleitoral.

A disputa sobre a capacidade da mulher pode-se logo decidir: nós sabemos que tanto o homem mais miserável como o mais dotado têm os mesmos direitos civis, conforme nossas teorias de instituição: nunca se clamava que aos menos dotados se negava o direito civil. As maiores inteligências não podem clamar por adição de seus privilégios, como também a conduta mais libertina não as diminui. Mesmo no caso que a mulher fosse inferior ao homem, não pode servir de argumento porque é sempre um membro da sociedade, paga tributos e responde por si. Eu persevero neste argumento e princípio eterno, que tributos e representações devem ser extensivos, que cargos e direitos devem corresponder um ao outro. Nenhum princípio da liberdade tem sido enunciado que não compreenda que a mulher não é excluída dele. O Estado nunca pôs a base do direito na distinção dos sexos, suposto que a mulher difere essencialmente em sua inteligência do homem; é esse um argumento de a escravizar. Entretanto, que nossa civilização concede-lhe ter propriedades, ser a tutora de seus filhos, mas é impossibilitada de votar para proteger a si e seus filhos. Deliberemos a matéria sem egoísmo. Existe algum homem que renuncie o seu direito de votar, e fie sua prosperidade aos outros? Suponhamos que uma classe de homens se ofereça para escolher vossa esfera, e votar em vosso lugar, como achareis isso ridículo e atrevido? Eu não proponho proteger a mulher, porque, em cada Estado bem governado, cada indivíduo deve ser dotado de não esperar proteção dos outros. Cita-se o argumento que a mulher é muito ocupada com cuidados domésticos para se meter

em política, mas por que outras classes da sociedade que também se ocupam – como soldados em serviço, marinheiros, médicos, advogados, negociantes – não são proibidos de votar? Só a mulher não tem mais tempo para nada senão para a casa. Quando todas as classes têm tempo para tomar parte na política, não se deve por isso negar o direito dos mais. A mulher tem tempo para bailes, visitas inúteis, correspondências amorosas, passar horas e horas no espelho; para tudo tem tempo, menos para tomar parte na política.[16] "Deixai a mulher votar", gritam, "haverá muitas discórdias nas famílias, porque filhas, pais, mães podem ser de outro partido"; sendo o princípio bom, porque nós não o aplicamos em uma ocasião mais importante? Diferenças na religião produzem mais discórdias que diferenças na política, mas concede-se à mulher a escolha de religião, pois a mulher é protestante e o homem, católico. Praticamente esta liberdade na religião não tem produzido dificuldade; é provável que a liberdade na política há de fazer tão pouco, assim como a liberdade da imprensa, a liberdade da indústria; nunca se tem arguido seus sucessos.

Só no momento que a mulher entrar na vida pública mostrará pela sua energia o que ela pode prestar. Neste momento está resolvida a questão.

Digo que existem dois caminhos adiante de vós, mulheres, nesta reforma: um é tomar tudo quanto a lei vos concede com uma mão confiada e determinada; outro é animar e ajudar estas mulheres que tomam parte nesta empresa. Mulheres, eu vos aconselho, tomai vossos direitos, nenhuma lei vos embaraça em muitas ocasiões.

16 O discurso acerca da feminilidade da mulher nos anos do Oitocentos, muito presente na imprensa periódica, pregava lugares e tipos específicos que as mulheres burguesas e letradas deveriam ser e ocupar, incluindo as características aqui elencadas pela autora.

Se as preocupações de outro sexo e vossa pequena maneira de pensar previnem isso, então não é adjutório no código. A lei não nos priva de aplicar-nos às ciências, como a medicina. Podemos nos aplicar ao comércio, às artes, para nós adquirirmos uma existência independente, e depois termos parte na política; a vida caseira é a sepultura dos talentos.

O mundo é o livro da mulher, e deste livro nós nos privamos, só ouvimos as doutrinas do sexo egoísta que nos quer excluir de tudo em que possamos fazer sombra a ele, gozando de todos os estímulos, como glórias, grandezas e ouro; e eles têm ânimo ainda de perguntar por que nosso sexo tem produzido tão pouco.

A responsabilidade é um grande instrumento da educação, tanto moral como intelectual; como moral, fortifica as faculdades e desenvolve a natureza. Ela faz o desmazelado, zeloso, e transforma o deboche em sobriedade. Vede essa senhora que, de repente, ficou viúva, com o cuidado de seus filhos, da sua educação e da sua sorte, como prudente e circunspecta ela se torna; quanto fértil em recursos e sagaz com suas vistas; como surpreende suas antigas amizades com seu caráter e inteligência.[17] Vede este ministro atrevido sem escrúpulos da oposição, como delibera, o que fará, como temido virá ele a ser no momento que estiver em um emprego do qual depender a prosperidade da nação. A mulher nunca pôde estudar estas grandes questões que mais interessam e movem a inteligência humana, até ela não os estuda debaixo do confundido estímulo e embaraço da responsabilidade. Uma grande razão

17 Aqui ela faz referência à literata Nísia Floresta, professora e autora de diversas obras, sendo uma das principais a *Reivindicação dos Direitos da Mulher e Injustiça dos Homens* (1832), na qual argumentou em defesa de uma educação com igualdade entre os sexos. Anna Rosa sabia das dificuldades enfrentadas por Nísia para o sustento da família após a morte de seu esposo Augusto quando era ainda bastante jovem, cuidando sozinha dos filhos e da mãe doente. Nísia criou um colégio na cidade do Rio de Janeiro que obteve notório reconhecimento da população daquela época.

existe, então, fora justiça, porque nós devemos clamar o direito de votar, porque a grande escola dos povos é o júri, assim como a urna das eleições. A educação dos cidadãos brasileiros, assim como das mais nações, está fundada nos seus interesses; nas discussões da assembleia, o sério interesse pessoal com o qual o homem procura investigar questões políticas, e quando o espírito movido profundamente por esta tarefa, fazendo esforços gigantescos, quando a grande crise nacional chega, então a forte excitação política eleva toda a nação a uma plataforma mais alta da inteligência e moralidade, e alguns admiram que eles tenham sua natureza desenvolvida, e que a nossa esteja ainda no estado de anão; esta prática do mundo, a mesma educação que recebe o sexo masculino, nós clamamos tão longe que não se concede isso à mulher; nada se pode julgar de sua habilidade se pretendem dizer que a mulher é incapaz de governar um Estado; pelo contrário, por exemplo, tem Elisabeth e Victoria da Inglaterra, Catharina da Rússia, Isabel da Espanha, Maria Thereza da Hungria, e muitas outras.[18] É opinião geral que a mulher não pode resolver questões diplomáticas e Isabel Ulrich sobre a escravidão da Vestíndia em sua obra imortal intitulada *Imediata e incondicional emancipação*, que fez a maior reforma nas questões sociais da Inglaterra. Não se pode ler a história sem admitir que a mulher, mesmo presa em ferros, excluída, degradada, com um raio de seu espírito, influiria nas grandes negociações do Estado que o homem, com toda a sua sabedoria e instrução, não poderia efetuar; entretanto, na justiça natural nos fundamos, que a mulher como ente inteligente e mortal tem direito a todos os meios da educação: nesta base nos fundamos para clamarmos por seus direitos civis e pelos

18 Para fundamentar sua argumentação, a autora cita exemplos de rainhas que obtiveram sucesso em seus reinados no decorrer da história. Vale destacar que, entre as citadas, Victória é a única cujo reinado estava em voga no momento da escrita, tendo governado entre os anos de 1837 a 1901.

privilégios que o homem tem. Os caprichos dos homens têm feito das mulheres plantas de estufa, metade do gênero humano inválida; ouvimos gritos e choros todos os dias sobre o mau pagamento da mulher da vida inferior: não ganha a terça parte que o homem ganha no mais miserável ofício; seria debalde censurar indivíduos, por isso nós fomos muito tempo dominados por uma comum ignorância e preocupação.[19] Foi um erro da sociedade, foi defeito do tímido conservantismo que opõe uma face de pedra contra qualquer coisa nova; era culpa de uma imprensa servil que sabe tão bem, pela experiência pessoal, quantos loucos e covardes são governados por uma risada.

É defeito das mulheres simples, de ter sempre na ideia: "isso não convém a uma senhora, uma tola preocupação", confundem com esse argumento. É uma tola opinião de alguns indivíduos que a massa das mulheres não deve se entregar a outras ocupações, por isso é que forjam umas para as outras suas cadeias: por isso é tão mal pago o trabalho delas? É fácil compreender a razão: há tantos homens quantas são as mulheres que precisam trabalhar para sua existência. O homem tem milhares de recursos e ninguém o embaraça; se não progride numa ocupação, pega em outra, assim os salários devem subir, mas não é assim com as mulheres: toda a massa de mulheres deve achar ocupação em uma, duas ou três indústrias. Se são mais trabalhadeiras para uma indústria que se precisa, matam-se entre si com a concorrência, e todos os

19 Anna Rosa aponta aqui as desigualdades salariais no cenário do trabalho. Esse universo não era aberto para o sexo feminino de forma justa, ficando as mulheres, inclusive, impossibilitadas de se profissionalizarem. Quando trabalhavam, havia grande diferença nos salários entre homens e mulheres que exerciam a mesma ocupação. Cabe destacar que mulheres negras, ainda mais restritas em suas escolhas, ocuparam o universo do trabalho em todas as suas formas e contradições, inclusive em condições desumanas. As mulheres negras foram as lavadeiras, engomadeiras, quitandeiras, cozinheiras, copeiras e amas de leite das mulheres brancas, além da labuta que muitas também exerceram nas fazendas e lavouras escravocratas.

dias se abaixam os salários delas, e elas estarão por tudo, porque se uma não se quer sujeitar a esse preço, mil outras anuem, e o trabalho da mulher é barato pela grande abundância que existe. Elas têm pouca escolha de ocupação; e porque não se abririam novas ocupações para elas, como a medicina, a advocacia, serem guarda-livros? Deixai-as empregar-se em todos os ramos do comércio, deixai-as principiar e monopolizar. Escolhei das que se empregam na agulha para negociantes, algumas para ministras, outras para guarda-livros, outras para médicas, para deputadas, e outros muitos empregos, como guarda-sepulturas, carcereiras, e serem pagas como qualquer outro trabalhador. A concorrência é que faz sofrer a tantas mulheres, e se aumenta cada vez mais, pela superstição como pela preocupação. A mulher está à borda da pobreza, em miséria pelo número de suas irmãs, mal paga, em necessidade e degradação; é para admirar que ela anua à tentação do ouro? Assim, nós aumentamos todos os dias a fileira dos vícios em nossa sociedade; nós corrompemos toda a fábrica social, e a mulher fica reduzida a duas ou três indústrias, e quanto sofremos pelas nossas preocupações! Quando recompensarmos a energia, a inteligência e todas as empresas da mulher propriamente, a questão da necessidade se dissolverá logo; fora disso, esta questão é inteiramente sem conexão com o grande problema social dos vícios das cidades: de horror e vergonha deve nos encher a avançada desmoralização da vida civilizada moderna, e voltar aborrecidas as faces para estas preocupações sociais, de fechar todos os empregos proveitosos às mulheres; considerai a conclusão que tiraste: voltai para trás os vossos olhares e confessareis que temos razão. Vinde ter conosco, argui a questão e direis: essa mais refinada delicadeza, essa infantil preocupação em cujo altar vós sacrificais a virtude de tantas, vale a exaltada veneração que vós tributais? Considerai um momento de

que fontes são as fileiras da prostituição feminina requestada, uma tonteira apressa sua ruína.[20]

O amor dos desejos sensuais domina porque todas as outras faculdades dormem por falta de exercício.

A medicina seria para elas ocupação de desenvolver sua inteligência e excitar sua mais forte energia. Dê a alguém um interesse sério da vida, alguma coisa a fazer, alguma ocupação que acenda a sua imaginação e emulação, e logo a gratificação satisfará os sentidos ou sensos submetidos na própria subordinação: só cabeças vadias são tentadas a más ações. É inclinada à vadiação metade da natureza que não é empregada.

Porque o homem mais vezes vence seus desejos materiais por meses e anos e se põe em uma vida mais digna! O homem se emprega em negócios que excitam todas as suas faculdades, e assim ele mitiga suas paixões com seus cuidados honrosos. Uma mulher ordinária, uma mulher que cai, não tem vida ativa para tomar refúgio onde a inteligência quer contender por dominação com a paixão; e onde a virtude é bronzeada por altos pensamentos, a paixão torna o pensar vadio e propenso à grande tentação do vício, ao amor dos enfeites, e à sede de riquezas e luxo. Fatos sacodem teorias. Nós devemos confessar que existem muitas mulheres que ganham 4 mil réis por semana, que podiam muito mais ganhar se elas tivessem a liberdade de exercer todas as indústrias; mas logo se censura que saia da rotina costumada e, de desespero de ver todos os caminhos fechados para fazerem sua felicidade, é de admirar se elas fecham os olhos sobre o caráter dos meios com que elas podem alcançar pelo que suspiram? Abre o homem uma indústria vantajosa e se verão

20 A prostituição de mulheres é apontada como responsabilidade masculina, uma vez que muitas foram empurradas a ela em virtude de necessidade material e não por escolha, já que para as mulheres não eram abertas as portas do universo do trabalho e não havia acesso à educação em igualdade com os homens.

muitos poucos ladrões; abre a mulher o mesmo caminho e verá uma que se há de aviltar por enfeites e luxos.

Deste grande problema social, a solução de diminuir ou causar os vícios das cidades é o que propomos aqui.

Deixai a mulher escolher sua ocupação, tornando-se responsável de si mesma, como o são os homens ao Criador, e não do próximo.

Eu vos admoesto que olheis com espírito para esta questão na qual tenho representado; um grande protesto contra a fábrica social não é uma fantasia buscada em poucos gostos sociais como sofrimentos, mas sim uma questão que vai para baixo do altar do vosso culto confundir-se com o sistema social em que viveis. É verdade que devemos reconhecer se as senhoras têm razão que toda a repugnância em desviar a mulher da sua esfera é um erro cheio de consequências instantâneas. Não se pode esperar sucesso; nós lançamos a luva, sabemos as zombarias que nos esperam, os incômodos e perseguições que nos sobrevirão;[21] tudo isso, contudo, não é nada que se ponha na balança, comparado com o estimável benefício para fazer justiça à metade do gênero humano, de curar esta ferida gangrenada: deter esta corrente de corrupção na verdadeira fonte da vida civilizada é a grande questão da época; todas as outras são secundárias e precisam de pequeno adjutório. Evidentes objeções não são argumentos; nós pedimos somente uma ocasião de aprofundar a questão, de pô-la diante do povo e depois repousar nas inteligências e corações de nosso país, certos que as

21 As mulheres com ideais emancipacionistas, no decorrer da história, passaram por inúmeras ridicularizações e zombarias, sendo vistas com estranhamento e repulsa por muitos. Um exemplo bastante conhecido trata da literata francesa George Sand, que, aliás, aparece referenciada nesse texto. Para o jornal A *Marmota*, em 1860, "George Sand é um escritor hermafrodito, de sexo duvidoso, cujas origens se perdem na noite de... não digo!" (A Marmota, Rio de Janeiro, Ed.1151, 13 abr. 1860). Igualmente, o jornal *Imprensa Industrial*, agora em 1876, "Quanto a mim, só exprobro a George Sand dois crimes graves: o cigarro e as calças. É a ela que devemos tantas mulheres fortes, proclamando a emancipação do sexo fraco entre dois copos de poncho e fumando cigarros de papel de cor." (A Imprensa Industrial. Rio de Janeiro, Ed.01, 25 dez. 1876).

instituições, debaixo das quais nós vivemos, e a educação, que deu uma reforma em ambos os sexos, têm criado homens e mulheres capazes de resolver um problema mais dificultoso e uma mudança mais radical do que esta; criemos clubes e sociedades para deliberar sobre esta grande questão dos direitos, das obrigações e das relações da mulher. Homens e mulheres de nosso país, que têm suficiente interesse no objeto, hão de dedicar um sério pensamento como um efetivo esforço à sua própria avaliação e hão de trabalhar com entusiasmo para esta reforma.[22]

O espírito do progresso da época, empregado em centenas de formas de esforços para reformar a sociedade e aclarar sobre mil preocupações que têm desgraçado a mulher até agora, e aquela que propomos é a mais urgente de todas. Uma metade do gênero humano é seu objeto, e a outra metade está profundamente envolvida pela absoluta unidade de interesses e destino que a natureza tem estabelecido entre eles. O vizinho está mais próximo para envolver cada ente humano em uma igualdade geral de direitos e interesses, mas o homem e a mulher, em sua reciprocidade de amor e dever, são uma coisa e um sangue. Mãe, mulher, irmã e filha estão tão perto do coração de cada homem que devem elas ser para ele um céu ou um inferno. Onde está tanta reciprocidade de interesses, semelhante enlace da vida, não pode haver real antagonismo de posição nem de ação. Os sexos não devem tomar por nada uma posição hostil contra o outro nem em cuidado ou melhoramento das injustiças que existem em suas necessárias relações, eles devem harmonizar em opinião e cooperar em esforços, pela razão que devem se unir na última conclusão, da desejada reforma dos

22 O interesse da autora com a publicação era obter apoio da população nas pautas reivindicadas. Colocar essas ideias em circulação contribuiria para desfazer o mito da inferioridade feminina, ampliando a discussão no âmbito político para, quem sabe, alcançar alterações na legislação vigente.

vários pontos presentemente discutidos, e que pedem uma resolução breve. A geral questão dos direitos da mulher compreende sua educação literária, científica, artística, seus embaraços industriais, profissionais e comerciais, seus interesses pecuniários civis e políticos; em uma palavra, como indivíduo, nas funções como cidadã, a mulher tem sido condenada por sua delicadeza e organização física à inferioridade da cultura intelectual e moral e à renúncia dos grandes sociais e civis privilégios na relação: era idealmente aniquilada e escravizada em tudo quanto diz respeito a seus direitos pessoais e pecuniários. Mas, pela inspiração do Onipotente e pelo espírito inteligente da reforma, se erigiu a satisfação destas injustiças: a ignorância que esmaga as mulheres e as degrada não pesa pouco na consciência do mundo.

O culto do coração se envergonha de incensar em um tão desonroso altar; o homem começa a compreender a dignidade da mulher e a baixeza do abuso de força, a principiar a abrir os olhos sobre seus direitos usurpados e a cumprir seus mais nobres deveres.

A ocasião é oportuna; na futura assembleia ajudai, patrícios, a separar a luz da escuridão; dai sabiamente vossa proteção para determinar estes princípios, deliberar sobre o método e acabar os sucessos desta grande e santa questão.[23]

---

23 Anna Rosa finaliza a primeira seção reforçando o argumento de que o tema da obra seria (ou deveria) ser colocado em discussão na Assembleia, o que não aconteceu. A proposta da autora muito provavelmente surgiu sob a influência do ocorrido na Inglaterra um ano antes: em 1867, Stuart Mill, filósofo, economista e político britânico, colocou em votação no parlamento o direito ao sufrágio feminino. Logo após o senhor Mill levar a pauta aos parlamentares ingleses, o *Diário do Rio de Janeiro* escreveu: "Acaba de se passar no parlamento inglês um fato muito curioso. Mr. Stuart Mill aí suscitou a questão do voto das mulheres. Várias emendas concebidas neste sentido não haviam sido sequer discutidas nas sessões procedentes, mas a emenda de Mr. Stuart Mill, que é ao mesmo tempo um dos estadistas e um dos filósofos mais notáveis da Grã-Bretanha, afinal obteve as honras da discussão, e nessa câmara dos comunas, tão essencialmente prática, 73 votos se pronunciaram pelo direito de sufrágio concedido às mulheres". (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1867, ED.158, 22 jun.1867). O número de contrários ao voto das mulheres inglesas naquele momento foi de 194 votos.

Segunda seção

Funções públicas da mulher

Os trabalhos domésticos da mulher como dona de casa, ou caseira, não esgotam suas forças.

As funções da mulher de parceria com a caridade começam em casa: depois em outra parte.

A fazer metade do gênero humano conservar sua energia nas funções de uma caseira, mulher e mãe, é um dispêndio da mais preciosa matéria que Deus fez na presente constituição da sociedade. Existem pessoas para quem as funções da casa são pouco ou nada preciosas: as celibatárias, que são em grande número, porque a muitas o casamento não convém,[24] primeiro, por adultério, que está hoje em ordem do dia; segundo, por escrúpulo de circunstâncias presentes quando consideram que todas as leis são a favor do homem, e a mulher não tem garantia alguma, porque a mulher nasceu livre, e a mulher geme em ferros. Já era tempo que a mulher passasse ao estado da independência nesta época em que tudo grita por liberdade. A mulher e o homem são o mesmo corpo; como então seus direitos são tão desiguais? Triste sociedade onde um está no trono e o outro, no pó. Entre escravo e senhor não há sinceridade: a mulher há de sempre ser pérfida ao homem enquanto existirem estas condições. As funções domésticas não são bastantes para a mulher: como se o homem não devesse ser mais que marido e pai. Depois que se acabam os trabalhos domésticos, resta muito tempo ainda para outras coisas.

24 Nesse trecho, Anna Rosa Termacsics dos Santos possivelmente indica sua própria condição como mulher solteira para qual o casamento não convinha e que optou por permanecer solteira e sem prole.

Há três classes de mulheres: a da última pobreza, que só se ocupa em trabalhos materiais; a da segunda, que são umas bonecas que existem somente para delícia dos olhos; a da terceira, que sabe repartir seu tempo: são, no salão, homens literatos e, dentro, boas donas de casa e ternas mães de família. Esta classe se alonga todos os dias mais no norte da Europa e nos Estados Unidos: as senhoras unem funções públicas com trabalhos caseiros. O que as mulheres devem fazer com seu tempo? Conforme o provérbio, um sapateiro não deve sair de sua forma. Dezoito anos passados,[25] quando a plebe quis tomar parte no governo, a aristocracia dizia: "Não convém que ela se ponha em conselhos públicos, a plebe não deve ter parte no governo, na assembleia, nem ter lugar no tribunal, nem ouvir a sentença de julgamento; não deve sentar-se entre os juízes; é incapaz de declarar a justiça, não entende esta matéria", mas os grandes Cícero e Aristóteles pensaram da mesma maneira e disseram que negociantes entendem somente de suas mercadorias, e não deviam se meter em política. "Povo miserável", disseram estes sábios, "que tem ele de fazer com os negócios do Estado?" Negociantes, mecânicos, agricultores? Isto é somente para reis nobres, reis ricos, para pessoas que não precisam trabalhar. Muitos homens, hoje, têm a mesma estima para a mulher que a aristocracia tinha para os mecânicos, agricultores e negociantes. Muitos provérbios do passado indicam o mesmo; mas, presentemente, está a cultura intelectual do sexo feminino na classe abastada tão avançada que os provérbios antigos não se podem aplicar, ao menos na Europa, assim como nos Estados Unidos, onde as senhoras são doutoras em medicina, advogadas e formadas em várias outras ciências. Nos Estados Unidos,

25 Esse fato citado é a Revolução de Fevereiro em 1848 na França, em que uma onda de eventos revolucionários e insurrecionistas, com a participação de camponeses e trabalhadores, encerraram a Monarquia de Julho (1830-1848) e deram início à Segunda República Francesa.

recebe o sexo feminino a mesma educação, quando não superior, que o masculino; o que deve ser porque a grande diferença na cultura intelectual não pôde produzir senão desarmonia.

Se a mulher só sabe conversar em vestidos e em ninharias, será para admirar que o marido não queira estar em casa? A sua verdadeira companheira não lhe enche a alma. No mesmo caso, estará uma senhora bem-educada que se reunir a um homem bruto que só cuida em seu cavalo, em seu cigarro, na garrafa, no jogo, etc. Em qualquer outro objeto que ela lhe fale, ele abre a boca e não sabe responder; então, esta mulher, como pode olhar para este homem como seu chefe? Há de sempre contemplá-lo como inferior a ela.

Todos os dias se aumenta a classe ilustrada, pelo menos na Europa como nos Estados Unidos; por isso, as funções domésticas não são em tão grande escala que não deixem tempo para ocupações espirituais. No tempo do Velho Testamento, quando se fiava todo o vestuário em casa e se tecia, a dona da casa devia mesmo lavar e cozinhar enquanto o marido derrubava matos e a mulher criava seus filhos; mas agora já um sapateiro paga ama, quer ser do bom tom,[26] e o filho crescendo que já possa andar vai para o colégio.

As padarias e as carnicerias bem fornecidas suprem a mão da mulher, e existe mais uma classe de mulheres que não tem gosto nem habilidade para funções domésticas; estas mulheres são excepcionais, mas elas se encontram todos os dias.

---

26 Em 1845, o cônego português José Inácio Roquette publicou o "Código do bom-tom", um manual de etiqueta de inspiração francesa que normatizava os rituais no Brasil Imperial. No texto, Roquette introduziu regras sociais para homens e mulheres sobre como se comportar em festas, bailes, jantares e salões da sociedade da Corte carioca. A mulher era idealizada como moça recatada, esposa e mãe de família, cabendo a elas o cuidado com a vestimenta, zelo pela família e com o lar. O Código não mencionava a atuação das mulheres fora dessas atividades, o que sinaliza a exclusão feminina do espaço público.

Há senhoras de grandes talentos; por que se não aproveitam estes dotes da natureza? É como se aquele que nasceu para a marinha devesse trabalhar em terra, ou um gênio, como Napoleão ou César, ser um cabelereiro. Se Mme. de Stael se tivesse dedicado às funções caseiras, seríamos privados de seus excelentes escritos, como *Corina a influência das paixões*, *a Literatura da Alemanha*, suas *Cartas de filosofia*, e muitos outros escritos que se encontram no mundo. Trinta mil volumes que são escritos somente por senhoras e existem em várias bibliotecas da Europa convencem do quanto perderia o mundo se estas senhoras tivessem se dedicado ao serviço doméstico, em que qualquer outra mulher poderia suprir.[27] O trabalho material qualquer um é capaz de fazer, mas o espiritual precisa de talentos, talentos próprios. A natureza é tão escassa em dar engenhos ao mundo, que se deve aproveitar bem quando um aparece. Há uma classe de mulheres que não são casadas nem têm casa; por que esta classe não se aplica às ciências? Também devem ser incluídas as freiras que, com os seus escritos, podem animar os povos, e que agora passam sua vida em vadiação e enjoo.[28] É verdade que as senhoras ilustradas são muitas vezes

27 Para a autora do texto está estabelecido que o trabalho doméstico caberia às mulheres. O cuidado da casa e dos filhos e filhas deveria ser exercido por boas mães e esposas recatadas. Aqui, em específico, aponta também aquelas que não tinham aptidão para as letras e supririam os serviços da casa: mulheres negras, pobres e sem instrução. Em seguida, afirma que o trabalho espiritual nem todas eram capazes de fazer, considerando as condições e privilégios que umas tinham em detrimento de outras, sobretudo no quesito educação intelectual. Importante ressaltar que, no momento de produção e circulação dessas ideias, era estabelecida uma hierarquia de opressão que colocava mulheres escravas, por exemplo, nos menores postos e sem os mínimos direitos - eram elas que assumiam majoritariamente as atividades da casa de mulheres como a autora em questão.

28 Não há registro sobre a religião da autora, mas ela faz apontamentos críticos à Igreja no decorrer de todo o texto. Isso não foi uma especificidade dela, já que muitos outros escritos femininos produzidos nesse momento surgiram para contrapor a Igreja, uma das instituições centrais que legitimava a inferioridade feminina.

ridicularizadas; muitas vezes ouvimos dizer: "Eu gosto mais de dançar uma valsa do que de discutir sobre Byron e Schiller".[29]

É porque só sabe dançar e não pode ter suscetibilidade para Schiller, pois nunca o estudou. Outros mofam da mulher literata por inveja ou rivalidade, ou por temerem a sua superioridade, como sucede isso hoje na França com Madame George Sand, que, de tantos literatos em Paris, foi ela escolhida para escrever para o Teatro Francês.[30]

Os homens néscios ridicularizam sempre as senhoras ilustradas, para reduzir suas mulheres e filhas à mediocridade em que elas se acham; a vocação para as letras não é geral, o que é para lamentar. Tudo vive só para o material, a maior parte da gente inclina-se a uma coisa prática e especulativa, existem mil sapateiros a par de um botânico, há mil carpinteiros a par de um poeta que eleva sua natureza em versos e ciência. Mesmo os mais instruídos desejam uma ocupação prática para fazer de seu pensamento uma coisa.

As mulheres necessitam fazer de seu pensamento uma coisa; quanto mais velho fica o mundo, mais ele se espiritualiza, todos os dias cresce o número das senhoras que se aplicam à leitura que lhe enche toda a alma. Onde a energia da mulher aparece mais é na filantropia da época: lá se acha a mulher em sua própria

29 Lorde Byron e Schiller foram intelectuais europeus importantes do contexto do final do XVIII e início do XIX, grandes representantes do Romantismo inglês e alemão, respectivamente, que influenciaram muitos escritores e escritoras brasileiras. O meio literário de suas épocas foi local de presença masculina e aquelas mulheres que se inseriram nele foram vistas como diferentes e criticadas constantemente, tanto por homens como pelas próprias mulheres.

30 George Sand (1804-1876) foi o pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, uma literata e jornalista francesa que escreveu obras de grande sucesso entre os anos 1830 a 1876. Dentre os seus gêneros de escrita destacam-se romances, contos, peças de teatro, ensaios políticos, críticas e autobiografias. Seus textos abarcaram questionamentos advogando os direitos da mulher em igualdade com os homens. A francesa manteve atos inusitados para sua época, como o uso de pseudônimo e vestimentas masculinas, fumar em público, participar de reuniões literárias e publicar textos em jornais.

esfera. É para louvar que a caridade da mulher nunca falte, mitiga a injustiça do homem que sempre aparece. Os homens combatem e as mulheres curam feridas: esquecem os ódios, as injustiças, os temores pela voz queixosa que elas ouviram; só veem o homem sofredor, e não perguntam. A caridade não é só o que a humanidade precisa, nós necessitamos de justiça que remova causas. Como a caridade que mitiga os efeitos, e a mulher que se mete sempre como um anjo de graça entre a vítima e a espada que quer sempre castigar, não cumpre sempre sua única função, não sua mais alta função; tão alta que ela é, não é a sua mais alta. Se um usurário ou um homem mau vê que uma mulher sempre endireita a pessoa que ele oprime com sua usura na mão esquerda e com aguardente na direita, ele continua suas opressões porque se fia na fraqueza da mulher. Os males da sociedade piorarão dando-se esmolas fora de propósito que alimentem a vadiação, como se veem pobres fazendo cá e lá requerimentos com choradeiras, mas não deixam escapar um baile, um espetáculo em dia de grande gala querem por força assistir: querem ser de bom tom, mas à custa alheia em casas de jogo onde vai o dinheiro das esmolas; mesmo a caridade deve ter seu meio-termo, se não quer fazer mais mal que bem.[31] Várias ocupações que ensinam trabalhos de agulha, pequeno comércio e agricultura são concedidos à mulher, mas todas essas indústrias não enchem ainda sua alma, tudo quanto requer a sua natureza, porque ela tem a mesma natureza humana que o homem, e o mesmo direito. O direito natural da mulher não depende da força física ou moral, depende somente da natureza humana que Deus fez na mais fraca mulher, como no mais forte homem. Se a mulher é um ente huma-

31 A filantropia historicamente se colocou como meio para que mulheres rompessem a esfera doméstica e atuassem no espaço público. A importância que a autora dá à filantropia e à justiça social não a impediu, porém, de ser crítica a pessoas que obtinham benefícios sociais de forma indevida.

no, primeiro, tem uma natureza humana; segundo, tem o direito de um ente humano; terceiro, tem a obrigação de um ente humano. A natureza tem a capacidade do possuir, de usar, de desenvolver, de gozar cada faculdade humana, e tem obrigação de fazer uso de seus direitos, e fazer de sua própria natureza humana uma história: ela deve desenvolver-se, gozar seus direitos humanos, e cumprir com suas obrigações também humanas. O sexo feminino deve tanto contribuir para sua prosperidade como o sexo masculino. A mulher tem a mesma natureza que o homem, os mesmos direitos humanos, a vida, a liberdade, a perseguição da felicidade, que são inalienáveis tanto para o homem como para a mulher. Cada pessoa tem direito de desenvolver a natureza que segue, e a mulher tem o mesmo direito individual para determinar sua carreira e segui-la. Tem os mesmos direitos de corpo espiritual, da inteligência, da consciência; os mesmos direitos físicos e religiosos. Cada pessoa é um indivíduo íntegro; cada pessoa faz parte de uma raça e assim uma fração do gênero humano. Os direitos do individualismo não são possuídos, desenvolvidos, usados e gozados em uma vida solitária, mas pela ação unida; não se pode completar e aperfeiçoar o individual do homem e da mulher sem dar a cada um a oportunidade para possuir, para desenvolver e gozar estes direitos. A ação deve ser unida; fora disso, individualidade é somente possibilidade, não realidade. Assim, os direitos individuais da mulher levam consigo os mesmos direitos domésticos, sociais e políticos, como o homem. Da família e do Estado são os modos de ação que surgiram da natureza humana, em seu desenvolvimento histórico. Eles são todos necessários para o desenvolvimento do gênero humano, são necessários para o desenvolvimento da mulher, e como ela tem as mesmas obrigações e direitos que o homem, segue-se que ela tem os mesmos direitos para usar, formar e protestar estas instituições para seus fins femininos, como o homem tem para seus fins masculinos.

Tudo isto é inegável como o é a matemática ou a metafísica: a mulher tem os mesmos direitos que o homem tem; em negócios domésticos, ela está na mesma esfera que o homem; ela tem o mesmo direito à indústria que o homem tem; por que a mulher não há de exercitar seus talentos comerciais em rivalidade com o homem? Deve ela ser sempre criada, e nunca senhora de si? E por que não se daria ela a mais ocupações iguais às do homem? Por que as senhoras não farão leituras públicas como nos Estados Unidos e na Alemanha, de obras traduzidas do grego, e adquirindo assim uma existência independente? Por que não se aplicarão à medicina, ao estudo das leis para poder defender a inocência, ao estudo da agricultura e a escrever jornais, diários, semanais? Os Estados Unidos nos fornecem bastantes exemplos de senhoras empregadas como professoras nas universidades e academias. Em Ohio, há muitas senhoras empregadas como professoras de várias ciências, como botânica, e uma senhora chamada Braun, que se aplicou ao estudo da teologia e compõe riquíssimos sermões.

A profissão da medicina pertence particularmente à mulher pela natureza, porque pela mesma natureza ela é um meio doutor. Deviam-se fundar academias de medicina para as senhoras, a humanidade podia esperar grandes benefícios disso. Por que a mulher não há de exercer a advocacia como o homem? É uma arrogância do homem pensar que a cabeça feminina não pode rivalizar com a dele, porque a maior parte dos advogados são, antes, mecânicos de leis do que estudantes em leis. Homens que ontem fecharam a taverna ou largaram a tesoura são hoje advogados. Estudos, eles não têm; assim, mecanicamente, a mulher, mesmo sem instrução, podia fazer cópias e requerimentos e exercer o lugar de procurador, e as que viram o processo da Sra. Lill na Inglaterra devem confessar que existe alguma eloquência na língua da mulher; eu creio que a presença havia de impor mais.

Temos muitos exemplos que uma senhora que desempenha a tarefa de uma boa dona de casa e boa mãe de família também, em suas funções públicas, mostra tanta doçura, dignidade e energia como em seus negócios caseiros. Pela natureza, a mulher tem os mesmos direitos que o homem para votar, para ter emprego, para administrar as leis: só a mão forte do homem a oprime. Neste país, a mulher não tem direitos políticos, não é cidadã, não pode administrar as leis, como eleger deputados, não pode ter empregos; mas o homem mal procedido, que se embriaga todos os dias, o jogador, todos estes podem votar, mesmo os que não têm caráter nem dinheiro, que vivem em uma posição dependente, que dançam como os outros assoviam: tudo isso não importa, é homem e basta. A mais nobre, a mais virtuosa, a mais instruída mulher não tem voz no Estado: o homem dá-lhe leis, dispõe de sua propriedade, da sua pessoa e de seus filhos: elas devem suportar com toda a paciência.

Olhando para esta matéria com puro direito e consciência, não sei a razão por que a mulher há de ser excluída de votar, dar leis e ter empregos.

Eu não sei como o homem arroga a si tantos privilégios políticos e exclui a mulher, e tudo faz sob o nome de inalienável direito. Cada mulher tem direito natural a ter propriedades representadas na geral representação das propriedades e a ter sua pessoa representada na geral representação das pessoas.

A mulher deve ter propriedade que ela mesma administre; por que, assim, só o marido tem o poder de administrar? Então a mulher faz bancarrota logo que casa?[32] O homem diz que a mulher não pode manejar os grandes negócios do Estado, governo e economia

32 De acordo com o Código Comercial do Império, Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, as mulheres casadas só poderiam comerciar ou administrar suas propriedades com autorização de seus maridos, existindo assim sob tutela masculina. Apenas as solteiras emancipadas e as viúvas podiam estabelecer contratos de suas propriedades mais livremente.

política. Se a mulher tivesse parte na administração, não haveria tantas revoluções e guerras, porque a mulher não é egoísta que sacrificasse os interesses do país aos seus particulares, porque ela tem mais prudência, prevê mais depressa as consequências, e não haveria tanta venalidade, tanta corrupção, tanta discórdia.

A mulher havia de ser o anjo da reconciliação dos partidos; não há casa tão mal governada como as nações. A maior parte delas é muito maltratada. Eu creio que o homem faz pouca aparência quando diz que a mulher não pode fazer o que ele faz. Eu duvido que as mulheres em geral queiram tomar parte na política e achar nela satisfação, mas isso cabe a elas e não ao homem o determinar. Para alcançar o desenvolvimento físico e moral nas pessoas, as instituições humanas devem representar em toda parte a natureza humana, em ambos os elementos, masculino e feminino. Para o bem-estar da raça humana, necessitamos da ação do homem e da mulher.

A família sem a presença da mulher, sem a mãe, sem a irmã, é uma triste coisa. Um Estado sem a ação da mulher é como uma casa sem ela.

Vê-se o que prevalece no século XIX: força do corpo, força do espírito, chama-se o século da civilização; mas antes poder-se-ia chamar século das injustiças e abusos de força, de pouca filantropia, de pouca piedade, e de materialismo. Em toda a parte, prepondera o egoísmo individual doméstico, social e nacional. Ele é pregado como evangelho e executado como lei, é chamado boa política de uma nação forte devorar uma nação fraca, e pelos cristãos da Inglaterra e da América o saquear os gentios e dividir suas terras, e por uma classe forte oprimir a classe mais fraca; os capitalistas arruinarem os trabalhadores, o enganador abusar da

ignorância, e o rico fazer empobrecer os outros menos abastados para satisfazer sua ambição.[33]

Vê-se classe com classe em combate! O gênero humano com seu Criador, no universo, uma discórdia universal é um campo de destruição, e continuará esse estado de coisas enquanto a mulher não estiver de posse de seus direitos naturais; igual ao homem, tomar o lugar que lhe compete, regular os negócios da família, comunidade e Estado. Parece-me que Deus presenteou a mulher de um poder reservado para corrigir muitos males que fazem hoje a desgraça do mundo. As circunstâncias ajudam ou embaraçam nosso desenvolvimento e são a causa e força que determinam o caráter real de uma nação, ou da humanidade, a um período especial.

Até agora as circunstâncias têm favorecido a cultura intelectual do sexo masculino, que tem uma superioridade total sobre o sexo feminino. O homem tem ideias, habilidade administrativa, estabelece regras para conduta dos indivíduos, para a família e o Estado. Está-se vendo que mundo o fez? Várias nações abundam em riquezas, mas não olham para seus pobres, milhares de regimentos deles cruzam o mar, derrubam matas dos países estranhos para ter pão. Martinho Lutero tem razão quando diz que, quanto mais rica é a Nação, mais pobre é o pobre. Olhemos para este país: é livre e independente, e existe ainda nele escravatura: mancha imensa para um país que se quer chamar civilizado.[34] Olhemos para as grandes cidades da França, da Alemanha, da Inglaterra, a sua aristocracia tão ilustrada, o homem e a mulher, mas também

33 Ao longo de todo o texto, Anna Rosa faz críticas contundentes ao fato de uns possuírem mais direitos do que outros, sobretudo os homens e os políticos. Nesse parágrafo, ela menciona a conquista e colonização dos indígenas em terras americanas e o avançar do capitalismo e seus desdobramentos exploratórios, processos fundamentais para culminar na sociedade na qual ela está inserida em 1868.

34 Debates colocados sobre a escravidão e sua abolição já estavam presentes em 1868. A abolição da escravidão ocorreu apenas em 13 de maio de 1888, vinte anos após a publicação desta obra e quando a autora já havia falecido.

que ignorância, pobreza e miséria; que brutalidade ainda na maior parte do povo. Olhemos para as empresas religiosas e os gentios; olhemos para a virtude e o decoro das mulheres bem-educadas contra o mar de tempestades da prostituição que se enche e se quebra contra o baluarte da sociedade. Oh! Irmãos-homens que fizestes estas coisas, é isto uma vista agradável? A perda das vidas preciosas, os assassinatos legais, as guerras, a prostituição da mulher. Muitos poetas nossos estão chorando sobre estes males da sociedade, esgotam-se em queixas nos seus cantos, mas tudo está surdo a seus gritos e queixas da humanidade agonizante.

Tudo está empregado em especulações para ajuntar riquezas no comércio, nos empenhos para empregos vantajosos, nos trapiches, nas alfândegas, nos divertimentos. A mesma Igreja está muda, que devia ser ativa em animar os povos com a sua eloquência. Os ricos não devem oferecer pedras quando os pobres pedem pão.

Até o presente, várias circunstâncias têm impedido o desenvolvimento da mulher; em todas as suas formas, ela não tem ideias, não tem conhecimento do mundo, não tem habilidade prática para se igualar ao homem; mas circunstâncias há que têm elevado os sentimentos da mulher em preferência ao homem nos seus afetuosos e religiosos sentimentos; suas intuições são profundas e merecem mais confiança: nisso ela é eminente, como é em conhecimentos, ideias e habilidade.

A mulher sai-se sempre melhor nos negócios do coração: adivinha logo o justo, o amável, o venerável. A literatura das senhoras, neste século, é mais justa, mais filantrópica e mais religiosa que a do homem. Não ouves o eco desta voz feminina, em várias línguas? Como uma mulher toca o coração do mundo, a autora do livrinho

intitulado A *cabana do meu tio Thomaz*,[35] porque ela fala com justiça, com piedade, com amor. Que voz mais forte se erigiu em defesa dos oprimidos? Foi a voz de uma mulher. A Providência escolheu, de preferência ao homem, o coração da mulher para pátria do amor, da gratidão, da compaixão e de todos os ternos sentimentos. Não necessitamos da excelência do homem, como da mulher? Reunir o poder intelectual, os conhecimentos, as grandes ideias em literatura, filosofia, teologia, éticas e práticas habilidades, mas nós necessitamos também de uma coisa melhor: a intuição moral, afetuosa e religiosa, a pôr a justiça em ética, amor em teologia, piedade em ciências e letras.

Na família, como no Estado, deve cooperar o elemento masculino e feminino reunido. É inegável que isto é necessário para o Estado receber o desenvolvimento de que ele é suscetível. A mulher é para corrigir o gosto do homem, melhorar seu moral, excitar suas afeições e inspirar-lhe religiosas faculdades. O homem é para espertar na mulher sua inteligência, ajudar sua vontade e transportar suas emoções a ideias. A ação moral do homem é uma qualidade da providência geral, mirando a prosperidade de uma parte está satisfeito, executando o melhor bem do número maior. A ação moral da mulher é mais semelhante a uma providência especial, obrando sem regra, mas cuidando e se interessando por cada caso particular. Nós necessitamos, no geral como no especial, fazer uma providência total; se o homem e a mulher são equivalentes contados, iguais em direitos e, entretanto, com diferentes faculdades, não devemos

35 A *cabana do meu tio Tomás* ou A *cabana do pai Tomás*, como ficou mais conhecida, livro da escritora norte-americana Harriet Beecher Stowe, foi uma das obras mais populares da literatura abolicionista norte-americana. Em 1853, a tradução portuguesa alcançou o Brasil e, possivelmente, obteve grande venda e circulação. O livro obteve tanto sucesso que a autora doou parte dos fundos recebidos para a instrução de meninas pobres e negras nos Estados Unidos, o que veio a ser comentado mundialmente e incentivou outras senhoras na luta da emancipação por meio da educação.

corrigir a literatura e as leis? Não devemos acreditar que a riqueza e a pobreza devam ser sempre inimigas; que a cultura deva se erigir somente nas costas da ignorância; que a virtude da mulher deva ser guardada pelo corceveirismo do homem ou pela degradação de uma classe de homens, como no Oriente. Por que não se aclararam as preocupações? Por que o presente deve ser como o passado?

Deixai-nos dizer, respeitai em cada mulher a vossa natureza, como um ente humano, depois respeitai vossos direitos, e lembrai-vos de vossa obrigação em premiar, usar, desenvolver e gozar de cada faculdade que o Criador deu em seu caminho normal, e digamos aos homens respeitáveis, com profunda reverência, a mãe que vos trazia dentro do seu coração, a irmã que vos tem amizade, a mulher que vos ama e a mulher com quem casais, e veremos melhores coisas nas famílias como no Estado.

O verde mostrará que botões ele esconde; os botões hão de florescer, as flores hão de trazer frutos, e a bênção de Deus descerá sobre nós todos.

Terceira seção

A maior parte dos nossos leitores há de ter notícia de uma questão que se tem levantado em todo o mundo civilizado, como ilustrado. Essa questão é a liberdade da mulher: sua admissão na lei, a igualdade em todos os direitos políticos, civis e sociais com os cidadãos masculinos.[36] Todo o ente humano e adulto, residente no solo da nação e que está sujeito às leis, é intimado para votar em sua execução, todas as pessoas cuja propriedade ou trabalho é taxado para socorro do governo. As mulheres devem ter parte na votação e parte nos empregos, e que cada partido que quer representar a humanidade, a civilização e o progresso da época seja obrigado a escrever nas suas bandeiras "Igualdade permite a lei, sem distinção de sexo", porque direitos políticos não conhecem sexo, e que esta palavra – mundo masculino – deve ser riscada de cada constituição. Desde que o prospecto de empregos honrosos e úteis é o melhor estímulo para a educação, e desde que a melhor educação é aquela que nós damos a nós mesmas, nas lutas, empregos e disciplina da vida. Entretanto que, para a mulher, é impossível fazer uso da sua instrução, ou sua carreira há de corresponder com suas faculdades até

36 A autora indica que, em 1868, o debate sobre os direitos das mulheres estava colocado mundialmente. Inclusive ela afirma que leitores e leitoras provavelmente tinham informações sobre isso, já que era prática comum a circulação de notícias internacionais em páginas de jornais. Assim, o objetivo expresso por Anna era o de atrair leitores e leitoras para a discussão, a fim de iniciar um "exame consciencioso" para que pudessem refletir sobre a reivindicação posta. Logo após a publicação de sua obra, em 22 de março de 1868, o *Jornal do Commércio* escreveu uma crônica intitulada "Será sério?", com o intuito de narrar alguns dos últimos acontecimentos cariocas. Ao comentar sobre a respectiva publicação, de forma irônica, o autor escreveu: "Depois do direito de votar, é muito natural que a formosa metade do gênero humano queira também o de ser votada. A questão então será unicamente de saber quem ficará em casa a criar os filhos," (*Jornal do Commércio*. Rio de Janeiro. Ed. 82, 22 mar. 1868). Esse é apenas um dos exemplos que comprova a circulação da obra em veículos impressos; todavia, o tema 'direitos das mulheres' ainda era bastante criticado por grande parcela daquela população.

que as avenidas, os vários empregos civis e profissionais se abram para elas. Que cada esforço para educar mulheres sem conceder-lhes seus direitos e espertar sua consciência pela importância da responsabilidade é fútil e um trabalho perdido.

Que as leis entre os casados devem ser iguais, cada um administrar sua propriedade.

A desigualdade de direitos deve destruir todo o amor conjugal e traz consigo, quase sempre, a desmoralização dos maridos.

Que a mulher tem o mesmo direito para votar, isso não pode ser negado por nenhuma constituição livre. Nós apanhamos estas verdades evidentes por si mesmas: que todos os homens se criaram iguais; que eles são dotados pelo seu Criador por certos e inalienáveis direitos, entre eles são a vida, a liberdade e a perseguição da felicidade; que, para segurar estes direitos, foram estabelecidos direitos entre os homens, e deduzem seu justo poder dos governados. Só se podem negar estes privilégios quando se pretende dizer que a mulher não é humana, mas somente o sexo masculino; que a vida, a liberdade e a promessa da felicidade são somente os privilégios do sexo masculino, e que são alienáveis direitos só da metade da espécie, a outra metade é governada; e cujo consentimento é afirmado pela única fonte de justo poder, tomado somente por metade do gênero humano que, até agora, tem aceitado o caráter de governados.

O clamor das mulheres aos empregos civis, e à igualdade política com o homem, é um irresistível apelo; o sufrágio é um direito inerente, injustamente negado a elas.

Como se pode chamar sufrágio universal, se é excluída dele metade do gênero humano? Declarar que a voz no governo é o direito de todos, e pedir-lhe somente para uma parte é a renúncia mesmo. A aparência dos princípios e as máximas da justiça política não se podem conciliar com a exclusão das mulheres, dos direitos do cidadão: é um axioma da liberdade que as taxas e representações devem

ser extensivas. É um dito conhecido da justiça não fazer distinções que degradem sem necessidade. Deve-se dar a razão por que uma coisa é permitida a umas pessoas e proibida a outras, quando o que é mesmo proibido, concedendo aos outros, inclui todo o preço sermos privadas disso. Devemos sentir-nos como do enviar insulto quando não só a liberdade política, mas também a liberdade pessoal e ação são prerrogativas de uma casta. Quando, da mesma forma, no exercício da indústria ou empregos que dão distinção, ou mesmo a independência pecuniária, são entrincheirados domínios para a seleta sessão, é uma injustiça flagrante. É inegável que a divisão do gênero humano em duas castas, uma de governar e outra de ser governada, é um prejuízo indizível para a sociedade.

Uma fonte de prevenção e de desmoralização para ambas as classes, a favorecida, como a classe que custa a ser favorecida: longe de produzir o bem que se esperava, forma-se uma barreira insuperável, tão longa quanto danosa a qualquer melhoramento vital no caráter e na condição social da raça humana.

Queremos presentemente sustentar estas proposições; queremos distrair as objeções preliminares das pessoas a quem o objeto é novo e obrigá-las a um exame consciencioso: o principal destes obstáculos é o costume.

A mulher nunca tem direitos iguais ao homem; a pretensão em sua defesa de direito, como de humanidade, é olhada como impossível pela prática universal. A mais forte das preocupações não é desconhecida: tem realmente uma época de mudança semelhante a esta, na qual tem se perdido muito da sua força como a esperança de vencer.

A resposta tem sido de todos os tempos assim, mas de muitas coisas os europeus modernos podem se gabar que os antigos nem sonhavam: é impossível questionar sobre a superioridade do presente ao passado, que o hábito não é mais tirânico como de antes

sobre opiniões e modo das ações, e que a veneração dos costumes diminui todos os dias sua idolatria.[37]

No caso presente, a preocupação está, sem dúvida, do lado injusto. Grandes pensadores de diferentes épocas, de Platão, Condorcet e alguns dos mais eminentes nomes, ou espíritos, têm feito protestos empáticos em favor da igualdade da mulher ao homem, mas não existe uma só nação em que a mulher não tivesse sido uma inferioridade política e civil. No mundo antigo, o mesmo fato era alegado em defesa da escravatura com igual verdade: mitigada a escravidão na Idade Média, emitiram contra a liberdade da indústria, contra a liberdade de imprensa e contra a liberdade da consciência; todas estas liberdades foram tidas por incompatíveis com um Estado bem organizado. Foi sua possibilidade provada pelos fatos que, se uma instituição ou uma prática é usual, não é de presumir a sua bondade, quando uma outra coisa pode ser destinada em seu lugar.

Não é dificultoso compreender por que a sujeição da mulher era costume: não há outra explicação senão a força física que os mais fracos deviam ser legalmente inferiores, segundo o modo por que o mundo era governado até quase a época presente.

A prevalência da força física era lei nos negócios humanos. Pela história, pode-se ver que as nações, classes e raças que se sentiram mais forçosas ou mais ricas ou mais hábeis em disciplina militar têm conquistado e posto em sujeição o resto. As guerras de conquista cessaram somente quando principiaram as revoluções democráticas.

O mundo é muito moço, principia agora a conhecer sua injustiça. Assim como o absolutismo dos monarcas, o comércio dos escravos,

37 O contexto brevemente apresentado trata das épocas passadas em que governantes tirânicos e despóticos tiveram ascensão nos governos da Europa. No decorrer do século XIX, as principais discussões colocadas nesse âmbito estiveram relacionadas à ideia de democracia em que, na teoria, o povo participaria das decisões políticas.

como a nobreza hereditária, o despotismo sacerdotal, podemos admirar que ainda não fosse lembrada a libertação da mulher.[38]

Da maneira como a sociedade era constituída até as últimas gerações, a desigualdade era a sua verdadeira base, as associações com iguais direitos quase que não existiam. A serem iguais, em serem inimigas: duas pessoas não podiam cooperar para uma coisa, ou ter uma relação humana e amigável, sem uma ser superior à outra.

A humanidade é presentemente adulta; todas as coisas tendem para substituir, como um princípio geral das relações humanas, uma justa igualdade em lugar da dominação do mais forte. Mas, de todas as relações, a mais íntima é a do homem e da mulher, e em conexão das mais fortes emoções; seria, decerto, a última para sacudir o velho regime e aceitar o novo, em proporção às forças dos sentimentos e com a tenacidade com que ele anexa as formas e as circunstâncias com que se associara.

Quando uma preocupação que anexe os sentimentos reduz-se à desagradável necessidade de terminar razões, pensa ter feito bastante quando se repetem estas frases que apelam aos sentimentos existentes.

Muitas pessoas pensam ter suficientemente justificado a restrição do campo da ação da mulher quando elas dizem que as pretensões das mulheres em coisas de que são excluídas são contra seu sexo: não é a sua esfera a política e a publicidade, mas sim a vida privada e doméstica.

Deve-se negar o direito de uma parte da espécie humana decidir da outra parte, como de um indivíduo decidir de outro indivíduo

38 As críticas da autora evidenciam as injustiças das sociedades que se perpetuaram até o século XIX, em que a ideia do domínio masculino, europeu e branco, incluindo as classes sacerdotais, resultou em desigualdades e exercício de superioridade sobre negros, mulheres e indígenas.

sobre sua esfera. A própria esfera de todos os entes humanos é a mais alta e larga que pode alcançar: e qual é ela? Não pode acertar sem completa liberdade de escolha.

Deixe-se cada ocupação aberta para todos, sem favorecer uns e desanimar outros, e os empregos caem por sorte a quem mais os merecer.

Não é de temer que uma ocupação que um homem exerce melhor seria se fosse dada a uma mulher.

Cada indivíduo deve provar sua capacidade na ocasião que pode ser procurada, e o mundo terá os benefícios de melhores faculdades; mas entrevir por uma arbitrária proibição e declarar que, qualquer que seja o gênio, talento, energia, força de inteligência de um indivíduo de um certo sexo ou classe, estas faculdades não devem ser exercitadas, ou podem sê-lo somente de uma ou outra maneira que as outras, permitido usar das suas, não é somente uma injustiça de indivíduo, é um detrimento à sociedade, que perde o que ela pouco pode poupar. Assim, asseverar que na classe ou sexo tão algemado não existem as qualidades que não podem exercer por se dizer que sua esfera é somente doméstica, e não tem capacidade para outra, mostra isso grande ignorância da história. Mulheres há que têm mostrado grande aptidão para funções públicas, em proporção das que foram admitidas: mostraram grande vocação para governar e reinar. Os exemplos estão em Maria Thereza da Hungria, Elisabeth da Inglaterra, Izabel de Castela, Catharina da Rússia, Christina da Suécia, Blanche, mãe de Luiz IX da França, Joanna D'Albret, mãe de Henrique IV,[39] e muitas outras que mostram tanto a antiguidade como a história moderna.

39 As personalidades citadas são todas mulheres monarcas, sendo elas a húngara Maria Thereza (1717-1780); a inglesa Elizabeth I (1553-1603); a católica da Espanha Isabel de Castela (1451-1504); a russa Catarina II (1729-1796); a sueca Christina (1626-1689); a consorte Blanche (1319-1375), esposa de Luiz VIII (e mãe de Luiz IX), ambos reis da França e, por fim, a consorte francesa Joanna D'Albret (1528-1572).

Quem teve mais contratempos para vencer do que Maria Thereza? Que rei mostraria mais energia? E vencia tudo triunfante.

Mesmo na Ásia, meio bárbara,[40] têm-se visto princesas, durante a minoridade de seus filhos, darem exemplos de uma administração rigorosa.

Mesmo na Idade Média, quando as mulheres representaram na ausência de seus maridos, em suas funções e autoridades, muitas heroínas, como Jean Montfort, a grande Derbé, condessa do tempo de Carlos I, se distinguia pela sua capacidade política como militar, e nos séculos imediatos, antes da reformação, senhoras de casas reais como diplomáticas, como governadoras de províncias, ou como os mais confiados conselheiros dos reis igualaram com os primeiros homens de Estado; e o Tratado de Cambraia, que deu paz à Europa, foi em conferência onde só foram presentes a tia do imperador Carlos V e a mãe de Francisco I.

Acerca da aptidão das mulheres para a política, é inegável. Mas a disputa pode tornar: e a política é conveniente para a mulher? Quando se alegam razões para excluir as mulheres da vida ativa, a primeira é a maternidade; a segunda, os trabalhos domésticos; a terceira, seu caráter fraco; a quarta, a rivalidade com o outro sexo. A respeito de empregos lucrativos, a primeira razão, que é a maternidade: não é justo e necessário ordenar às mulheres que não façam nada mais do que serem mães e, quando assim fosse, de nisso ficarem toda a vida. Logo, nem mulheres nem homens precisam de uma lei que os exclua de uma ocupação quando eles têm empreendido uma outra que é incompatível com ela. Ninguém se lembra de excluir o sexo masculino porque um homem pode ser soldado em serviço ativo, ou marinheiro, ou negociante, ou enfermeiro, que

40 Essa caracterização do continente asiático como bárbaro é muito associado às discussões evolucionistas colocadas no contexto da produção da obra, em que o modelo europeu do colonizador era considerado superior às regiões da América, África e Ásia.

requer todo o seu tempo e sua energia. Dez partes de homens são excluídos da vida pública por suas obrigações, como se o tivessem sido pela lei, mas não basta essa razão para fazer leis que excluam dez partes que façam parte na formação dessas leis e do governo. A razão deste caso para mulheres é a mesma que para os homens: onde existe uma incompatibilidade real não é necessária a lei, mas é injustiça fazer da incompatibilidade um pretexto para exclusão dessas que não estão nesse caso.

Não é razão ou necessidade que todas as mulheres devam escolher e dedicar suas vidas somente às funções do matrimônio e suas consequências. Numerosas mulheres são mães e esposas porque não está aberta outra carreira para elas, para suas ocupações como para seus sentimentos e atividade. Todo o melhoramento na sua educação e esclarecimento das suas faculdades, tudo quanto pudesse pô-las aptas para outro modo de vida, acrescentaria número a essas, a quem é uma injúria dizer que as mulheres devem ser excluídas da vida ativa porque a maternidade as exclui dela.

É o mesmo que dizer que a maternidade é o único recurso. Enquanto a mulher subsistir somente pelo trabalho do marido, sua condição será sempre triste, não pode representar na sociedade e sempre estará exposta e maltratada, especialmente pela classe dos homens pouco ilustrados. É objeção já citada que o mundo e seus embaraços fazem as pessoas insensíveis e egoístas; que as lutas e rivalidades fazem misantropos; colisões e negócios políticos, ambiciosos; mas, se metade do gênero humano fosse obrigada a render-se a isso, é mais necessário que metade deva ser isenta. Para preservar a mulher de más influências do mundo, o único remédio é prevenir entregar-se ao outro sexo totalmente.

Este argumento seria plausível quando o mundo estivesse ainda na época da violência, quando a vida estivesse cheia de conflitos

físicos, e cada um tivesse de satisfazer suas injúrias ou a dos outros pela força do seu braço.

As mulheres, como os sacerdotes, eram isentas destas responsabilidades, eram aptas somente para exercer uma influência benéfica, mas, na condição presente da vida humana, raramente é o homem obrigado a combater com armas, mesmo pacíficas. As inimizades e rivalidades são nulidades nas transações humanas mundanas.

A pressão geral das circunstâncias, e não a vontade oposta dos indivíduos, é obstáculo para fazer face contra eles. Esta pressão, quando é excessiva, quebra o espírito, choca e arreda os sentimentos, assim nas mulheres como nos homens; entre estes, porém, nos casos em que a mulher não sofre menos, e com calma, sempre aparecem brigas e desaprovações.

O chefe feudal acha seu inimigo implacável em seu poderoso vizinho; o ministro e cortesão, em seu rival, pelo lugar; mas a oposição de interesses na vida ativa, como uma coisa de animosidade pessoal, é fora da data.

As inimizades presentemente resultam antes de coisas pequenas que grandes, mais vezes falatórios que ações; e se a malícia, o ódio e a pouca caridade podem-se achar entre as mulheres como entre os homens, no presente estado de civilização, a compreensão de afastar as mulheres do mundo e sua influência podia ser somente realizada em excluí-las da sociedade totalmente.

As obrigações da vida comum, como estão presentemente constituídas, são incompatíveis com outra brandura que não a fraqueza na mulher.

Fracas inteligências em corpos fracos, é de supor, nem podem ser atrativos, nem ter amizade; mas, em verdade, nenhum destes argumentos considerados toca a este objeto. A real questão é que, se é direito e progressivo que metade do gênero humano deva passar em um estado de vida de subordinação forçada à outra metade, se

esse é o melhor estado da sociedade que, sendo dividida em duas partes, uma consiste de pessoas com uma vontade e uma existência substantiva, e a outra de humildes companheiras, ligadas somente a essas pessoas para criar seus filhos, e fazer-lhes a vida doméstica agradável; se esse é o lugar destinado à mulher, então é um benefício criá-las na última ignorância, fazê-las acreditar que a maior fortuna que lhes pode caber é serem escolhidas por um homem para esse fim, e que qualquer outra carreira que o homem chama feliz e honrosa lhes é fechada pela lei, não pelas instituições, mas pela natureza e destino.

Quando perguntamos por que metade do gênero humano deve ser sujeita à outra metade, por que a mulher deve ser uma qualidade de traste para um homem, proibida de ter seus interesses próprios, medir prazeres dela pelos seus, que razão se pode dar? Que o homem quer viver por sua conta, e a mulher, por conta dele, e as qualidades e conduta em indivíduos que são agradáveis aos governadores sucedem-lhes há muito tempo fazer estes indivíduos a eles mesmos considerados com virtudes apropriadas.

Silvério tem razão quando diz que o mundo chama virtudes às qualidades que lhe são agradáveis.

O tipo da virtude da mulher é submissão, resignação e paciência. Eles juram fidelidade nos braços das meretrizes: então o juramento da mulher é mais sagrado do que o do homem? São como os padres gordos que pregam sempre jejum e mortificações, mas não deixam escapar para si vinho Madeira.

O homem sempre censura a virtude da mulher e não considera que ele faz em outra casa o mesmo crime que ela faz na sua.

O homem diz que deve trabalhar para filhos alheios e o homem torna-se ladrão da sua família, porque estes obséquios das mulheres são raramente sem interesse; o homem não tem permissão de despender o que pertence à sua família com prazeres criminosos.

Se em um ato existe imoralidade, não é quando o homem a pratica? Da vida irregular do homem resulta o aniquilamento da saúde de sua mulher e filhos. Se, imprudente, pratica o adultério, arrasta ao abismo uma vítima de seu crime e, quando se der o caso da sedução de uma donzela, deve-lhe pesar na consciência porque expõe esta criatura à desconsideração da sociedade, e seu filho deve-se criar em uma roda a pontapés. Animal algum abandona seu filho, só o homem! E como eles querem escusar o adultério? Porque não se podem forçá-los à responsabilidade, contam ser lavados dela sem prejuízo. O crime oculto não deixa de ser crime: o homem é o fundador da família, se gasta suas forças por fora, só pode produzir filhos débeis, doentios e estúpidos, que é uma desgraça tanto para a mãe como para a pátria,[41] que precisa de filhos robustos, saudáveis e fortes. Como a mulher terá zelo de cumprir com suas obrigações, de ajudar-lhe na pobreza, de servir-lhe em uma moléstia com o carinho que se pode exigir de uma esposa amada, quando ela sempre teve um marido para outras?

Não é para admirar quando se veem mulheres desviarem-se do caminho da virtude quando são abandonadas por seus maridos, toda a má ação tem seu castigo e seguem-se sempre as represálias. Bem poucas pessoas lembram-se deste dito: "errar é humano, perdoar é divino". A desmoralização dos maridos produz a desmoralização das mulheres.[42]

O progresso do melhoramento impôs, a todos, pormenores do poder e também, aos que têm poder doméstico, uma obrigação

41 Importante ressaltar o contexto a que se fala, em que o cristianismo era o motor da relação matrimonial, união que daria filhos legítimos aos casais. O que fosse consumado fora desta instituição era bastardo e excluído de qualquer direito paterno na sociedade.

42 A desmoralização das mulheres aqui está muito relacionada ao que fugisse da norma de virtude posta, isto é, aquelas que não seguissem os preceitos de respeito e moral em voga e, por exemplo, caíssem na prostituição.

correlativa. Não se deve supor que tal obrigação exista somente em proteção que o presente estado da civilização faz dispensável, é preciso envolver interesse para sua mulher e consideração de seus desejos como se fossem seus, com sacrifícios dos seus próprios. O poder dos maridos tem alcançado a mira do poder real. Quando a opinião ainda não questionava a equidade do poder arbitrário, senão teoricamente a uma certa prática de extensão, e condenava o erro egoísta dele: essa não é uma situação mais dificultosa e desfavorável que a sustentação de elevação de caráter ou força de inteligência, como viver na sociedade e procurar pela preferência simpatia de inferiores em dotes mentais.

Nós vimos todos os dias que talentos que prometem muito mostram por fim o contrário: por que o aspirante só se compara consigo e não procura melhoramento ou estímulo para se medir com seus iguais ou superiores? No estado presente da vida social, na geral condição do homem, a melhor companhia está entre iguais, mas entre desiguais produz o que bons observadores têm notado, sem perceber a causa: uma progressiva deterioração na qual têm sido consideradas até agora as excelências masculinas.

É necessário que derrubemos esta opinião de que a mulher é inferior ao homem. Existiam e existem mulheres que brilham com seu espírito, como os homens mais inteligentes do universo: só não tiveram ocasião de o exercerem como o homem; não é só das faculdades, mas dos pequenos objetos e interesses nos quais eles se exercitam que elas influem no homem, e nas suas faculdades e capacidades, como aspirações. Argumenta-se que, se a mulher terá a mesma liberdade e terá entrada nos empregos, há de se dar uma injuriosa adição à multidão dos competidores, pelos quais encontrarão embaraço nos empregos e sua remuneração restrita. Não se deve tirar o direito de cidadão à mulher; este argumento de rivalidades dos empregos não alcança a questão política: o sufrá-

gio, a admissão à legislação, também os ramos da indústria. Como será aumentado o rendimento dos casais quando a mulher ganhar também, ainda que muito menos, sempre será preferível do que o homem só ganhar e a maior parte só gasta, debaixo das leis presentemente a respeito da propriedade. Uma mulher que contribui materialmente para sustento da família não pode ser tratada com a barbaridade que é aquela que somente é guarda-chaves do marido, dependente do homem para sua subsistência; mas, logo que a rivalidade é a lei geral da vida humana, é uma tirania excluir metade dos competidores. Diz-se que as mulheres são companheiras e não são escravas; que união pode existir nesta sociedade, mas ele pode fazer o que quer, e impedir o que nós queremos. Diz-se que a mulher governa o homem, mas não é verdade; nas poucas vezes, toda a sua condescendência é somente com as meretrizes. Que esposa teve influência como Mme. Pompadour, Mme. Maintenon[43] e muitas outras que poderíamos citar presentemente? Eles consentem que a mulher que tenha educação não pode ser companheira de um homem cultivado, e um homem que acha interesse em coisas superiores quer que sua companheira simpatize com ele no mesmo interesse. Se um dos dois não tem conhecimentos, não dá importância a grandes ideias e grandes planos que honrem a vida e só se interesse por futilidade e vaidades, sua influência reduzirá logo em segundo lugar os interesses que ele ou ela não podem partilhar, ou os extinguirá totalmente. Aprovam que a mulher civilize sua inteligência, que cultive a poesia e as artes, alguns consentem mesmo que elas se apliquem à leitura e que se informem alguma coisa da política; não para se meter nela, mas para sentir interesse no objeto, ou sustentar sobre isso uma conversação. Daí vem que poucos

43 Amantes reais que exerceram grande poder sobre monarcas franceses em contextos antecedentes ao de escrita, a saber: Madame Maintenon (1635-1719), amante do rei Luís XIV, e Madame de Pompadour (1721- 1764), cortesã e amante do rei Luis XV.

homens avançam na sabedoria porque eles se associam sempre com discípulos. O homem só pode avançar na cultura quando viver com seu igual. A companhia que é vantajosa é a dos espíritos ativos: só aí haverá verdadeira união, e não somente no contato de um espírito ativo com outro passivo.

A educação da mulher, presentemente, pende mais para uma informação superficial dos objetos sólidos do que para uma sólida instrução.[44]

Muitas coisas são ensinadas à mulher, mas nenhuma com perfeição, e muitas esquecendo por negligência que são misteres.

O que faz as criaturas inteligentes são o poder do pensamento, o estímulo que chama para este poder, são o interesse e a dignidade do pensamento, e mesmo um campo para sua aplicação à prática. Ambos estes motivos são contados a uns a quem se prega desde a infância que o pensamento e sua grande aplicação são parte do sexo masculino, que o quinhão da mulher é agradar; que a mulher não tem gás para meditar. Quando no homem a faculdade de pensar não é desenvolvida, também ele não pode meditar.

Todos os dias se veem homens estarem um grande número de anos nas academias, universidades, e, por fim, comprarem diplomas na Holanda por dois contos de réis, e se têm eles por grandes sabichões, estes também têm gás? Por que então não alcançam nada? Porque o verdadeiro talento é tão raro no homem como na mulher, assim como o gosto de letras; porque a maior parte das pessoas vive só para os interesses pecuniários e para o material. Se falamos

44 As mulheres no século XIX não recebiam a mesma educação que os homens, inclusive os currículos da instrução de meninas e meninos eram diferentes. Para as meninas se ofereciam, na maioria das vezes, as primeiras letras, línguas, incluindo aulas de agulha, culinária e aprendizados de música. Os meninos, em contrapartida, tinham aprendizados de geometria, ciência, aritmética, filosofia e história. A maioria das jovens mulheres que adquiriam conhecimentos intelectuais eram educadas em suas próprias casas por mestres particulares ou realizavam os estudos de forma autodidata, como foi o caso da autora.

sobre o efeito da posição da mulher combinado com a constituição presente da vida casada, não temos em vista os mais favoráveis casos onde existe uma simpatia real, esta união de caráter, igualdades de maneiras de viver, que a teoria da relação contempla como sua bandeira ideal? Mas, se olharmos para a maior parte dos casos, o efeito da inferioridade legal da mulher no caráter de ambos deve-se pintar com cores mais escuras, onde não há nem união de caráter e de sentimentos; em tais casos, a influência da dependência da mulher desmoraliza o caráter de ambos. A opinião comum é, seja qual for o caso intelectual, que a influência da mulher é sempre beneficente sobre o homem, é o antídoto de egoísmo; entretanto, seja como for a influência pessoal, a influência de posição tende eminentemente a promover o egoísmo: o mais insignificante homem, que não tem influência, nem posição, nem considerações, e não pode ter, acha lugar onde seja chefe ou cabeça. Há pessoas que são muito superiores e que se veem obrigadas a consultá-lo.

Ele é juiz, governador e magistrado em seus negócios comuns, árbitro de todas as questões entre eles.

A justiça ou a consciência a que a sua apelação deve ser feita é a sua justiça e a sua consciência: ele tem a balança na mão, apesar de seus próprios clamores e de outros.

Existe um único tribunal na vida civilizada, em que a pessoa reúne o juiz e a parte: um espírito generoso, em semelhante situação, inclina a balança para um lado e do outro a igualdade; assim, pode acontecer que o lado mais fraco torne o fato de dependência em um instrumento de poder, em falta de justiça e, ao tornar uma vantagem abusiva desta generosidade, torna-se um poder injusto; a bons maridos, é um tormento e uma carga, que não querem fazer do poder um uso egoísta.

Quando os homens de mau caráter estão revestidos deste poder sem reciprocidade, sem responsabilidade, entregar esse poder a um

homem assim, primeiro em lei e opinião, o que quer é a sua parte e submeter a mulher.

É absurdo supor que isso se introduza no seu espírito sem ter parte ou efeito nos seus sentimentos como na prática de suas ações: ser ele o primeiro objeto de consideração, e os outros, o segundo; não é tão raro, como tudo está arranjado, permitir a sua indulgência. Se a vontade é só do homem, torna-se o déspota da sua casa, sendo ignorante.

A mulher muitas vezes faz a sua vontade, mas, quase sempre, ou por muito barulho, ou por muita lisonja; esta posição corrompe igualmente ambos: em um, produz os vícios do poder, no outro, os do artifício.

As mulheres, no seu estado físico como moral, têm mais fortes impulsos, querem ser naturalmente mais desembaraçadas, mais sinceras que o homem; com tudo isso, as antigas tradições representam-nas como artificiosas e dissimuladas, por quê? Por isso que, em todos os objetos, tomaram caminhos indiretos.

Em toda a parte, onde a mulher tem fortes desejos e ativas inteligências, esta consequência é inevitável.

Nós não falamos dos casos onde existe uma forte afeição de ambos os lados, porque onde ela existe há um princípio muito poderoso para não modificar totalmente a má influência da situação; entretanto, muitas vezes, destrói esta situação o amor conjugal: a verdadeira amizade existe somente entre direitos e faculdades iguais.

Por exceção aparecem afeições entre escravos e senhores, entre sultão e sua favorita, mas estes são exemplos de flexibilidade da natureza humana que se acomoda com alguma desgraça ou outras piores circunstâncias. E não é que as naturezas comuns, mais facilmente a respeito da influência pessoal exercida pela mulher sobre o homem, torna-os menos duros e brutais: nos tempos bárbaros, só

essa influência os abrandava com sucesso, mas essa asserção que a influência da mulher torna o homem menos egoísta é uma opinião errônea, só se vê egoísmo primeiro para a mulher e depois para os filhos, e todos os atos têm a máscara de obrigação; às vezes o egoísmo da família substitui o próprio, mas só quando ele é concentrado com o seu.

O espírito público, o senso da obrigação para o bem público, é nulo para a mulher, por quê? Pela educação e por sua situação? E por isso, também, não é de admirar quando se vê tão pouco patriotismo no homem, muitos dos quais não trocariam suas opiniões políticas por títulos ou lisonja pessoal? Nem venderiam suas opiniões se não fossem os rogos de suas mulheres: a maior parte corre atrás destas pueris vaidades porque a mulher dá valor a elas. O que é democracia, o que é liberalismo para ela que não tem parte nisso? Deixe-a pária como se achava. O homem quando se casa inclina-se para o conservantismo, principia por simpatizar mais com quem tem poder do que com a vítima e julga que é justo tomar o partido da autoridade; e acerca de progressos mentais, empaca no instante que se une a uma mulher muito inferior a ele.

Não é fato que a experiência traz mais testemunhos, que toda a influência social e simpática que não eleva, rebaixa? Tende a vulgarizar o espírito e não tende a estimular e exultar a inteligência.

Para interesse tanto dos homens como das mulheres, e do melhoramento do mundo, no mais largo senso, a emancipação da mulher, que o mundo moderno se gaba que tem efetuado e acreditado à civilização e ao cristianismo, não pode parar aí.

Se é necessário que o gênero humano fique desenvolvido, e o desenvolvimento do homem é indispensável, então o sexo feminino fica totalmente dependente da influência do outro: em vez disso, o homem deveria associar-se intimamente à mulher, libertando-a, elevando-a sem aviltá-la. Deixem as mulheres civilizarem-se, e

todos os males da nossa sociedade desaparecerão com a emancipação da mulher.

Primeiramente as guerras, depois a pobreza; o homem não precisará trabalhar para dez mulheres, para satisfazer suas puerilidades; desaparecerão suas moléstias que desgraçam hoje gerações inteiras; as mulheres educarão depois melhor seus filhos; a mulher não viverá como presentemente só para a cama e para o espelho: mais altos fins hão de encher a sua existência, depois poderá ser chamada companheira do homem, não como agora que usurpa somente o nome, porque uma esposa não passa de uma hóspede em sua própria casa.

Pretendem dizer que muitas mulheres são contra a emancipação do seu sexo[45] porque o hábito da submissão produz no homem, como na mulher, um espírito de escravidão.

As mulheres asiáticas, que vivem reclusas no seu harém, censuram as mulheres da Europa por receberem visitas de homens, por passearem sem véu: isso então prova que as mulheres devem ficar sempre na mesma posição? Porque a população da vasta Ásia nem deseja, nem sabe avaliar a liberdade, e usar de seus direitos que foram tão ousadamente usurpados; é provável que eles não autorizem a liberdade política, como o selvagem do bosque a civilização. Isso não prova que não era para desejar para elas, ou que não gozarão para o futuro da liberdade.

Os costumes endurecem naturezas humanas para um gênero de degradação, pelo assassinato da sua natureza que quer resistir:

45 O debate sobre a emancipação feminina surgido no Brasil em meados da década de 1850, sobretudo por escritoras e jornalistas que criaram periódicos para escrever sobre essas ideias, não obteve aceitação de muitas mulheres que acreditavam que tais pautas eram apenas para a mulher moderna do futuro, não sendo aplicáveis ainda naquele contexto. No decorrer do século, surgiram publicações como *Jornal das Senhoras* (1852), *Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873), *O Domingo* (1873), *Jornal das Damas* (1874), *Echo das Damas* (1879) e *A Família* (1888), todos com mulheres como redatoras-chefes.

há muitas outras castas em que lhes foi ensinada a sua degradação como uma honra.

O argumento esclarece o segredo de saber que a alegada preferência da mulher pelo estado de dependência é puramente aparente, e resulta que lhe não foi concedida a escolha, porque, se a preferência é natural, não é necessário forçá-la pela lei, fazer leis para forçar povos: a sua inclinação nenhum legislador achou necessária.

O argumento de que as mulheres nunca trabalharam para sua liberdade: foi no décimo sexto século, na Alemanha, onde a duquesa de Vurtemberg alugou tropas, mas não saíram a campo porque as da oposição foram muito fortes.

Se em mais épocas não o empreenderam é porque os povos jaziam na escravidão, e ainda mais a mulher que, por sua triste educação, foi sempre criança grande. Não há mulher alguma que não deseje a liberdade; se ela não manifesta esse desejo é porque não se quer comprometer com aqueles de quem depende: sua posição é igual à dos trabalhadores e rendeiros que votam contra seus interesses para agradarem a seus patrões, com a adição que às mulheres se prega desde a infância a submissão, como um atrativo e graça do seu caráter.

Ensinam-lhes que repelir uma injustiça admitida e imprópria é um crime, e são acusadas como rebeldes a qualquer ordenança da sociedade: é-lhes sempre pregada a imputação de ofensa contra seu sexo.

É necessária uma coragem moral extraordinária, como a imparcialidade em uma mulher, para expressar opiniões em favor da liberdade do seu sexo, e até não há esperança de a obter. O bem-estar da sua existência depende desses que usurparam esse injusto poder, e, para eles, possuidores, é a maior ofensa uma queixa que censure o abuso de uma subordinação flagrante. A posição das mulheres nesta matéria faz lembrar os ofensores

do Estado das épocas antigas, que, no ponto da execução, protestaram seu amor e devoção a seu soberano por cujo injusto mandado foram executados.

A duquesa de Buckingham, no tempo de Henrique VIII, e algumas senhoras literatas em Inglaterra, falaram a favor da escravidão da mulher e da sua completa satisfação com um lugar na sociedade, excitando desta maneira uma influência muito prejudicial sobre os homens, que aceitam a servilidade como concessões à força da verdade, não considerando que é interesse pessoal destas mulheres professarem opiniões que são agradáveis aos homens.

As senhoras de grande fama literária são as últimas a preferir a causa de um sexo. A sua própria condição social depende da opinião dos homens, por seus interesses literários e femininos, e tal é a opinião que elas têm dos homens, que não há um dentre mil que não queira ser feliz à custa da mulher e não tema a força moral, o espírito e a sinceridade em uma mulher, pensam que as senhoras literatas são sempre más mulheres, sem alguma graça, e por isso elas querem, com um estilo humilde com que escrevem, ganhar sua aprovação; com tudo isso, eles sempre olham com más vistas para aquela que tem talento. Mas a época de hoje mostra o contrário em todos os países civilizados, como na França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Estados Unidos, que gritam contra a sua escravidão, especialmente a classe ilustrada, porque o lugar que ela ocupa é insuportável, e que prega a liberdade da mulher com todo o desembaraço sem se importar de se comprometer com os homens, de quem depende.

Clamam geralmente para receber uma educação igual à do homem; direitos políticos como cidadão.

É de esperar que os exemplos dos Estados Unidos sejam seguidos em todos os países civilizados, especialmente na Inglaterra, que desde 1852 está o sexo feminino fazendo progressos políticos. Principalmente nos distritos das manufaturas, onde as mulheres

mais se revoltaram foi em Birmingham, e clamaram pela igualdade de direitos entre os casados e a destruição das leis que fazem da mulher um traste; em Shefield, foram concedidas eleições para as mulheres.

Nós nos felicitamos sobre o progresso da educação feminina, ainda que falte muito para sua educação. Iris e Minerva mostram o apreço que os antigos davam à inteligência feminina; nós nos lembramos do nobre tributo que Platão deu ao gênio da mulher, ao seu banquete. Citamos a grande linha das senhoras instruídas e completas de Joanna Grey até Elisabeth Barret. Citamos também os povos árabes e espanhóis, entre os quais houve mulheres leitoras públicas e secretárias dos reis. Lembram-nos da Sra. Hiesha, filha de Mahomed-ben-Laduim, que foi tida pelo maior gênio que produziu o décimo século: ela brilhava em poesia, em seus conhecimentos em medicina e matemática, e outras ciências que floresciam naquele tempo. Nas palavras dos historiadores mouros, ela era uma fonte de ciências, uma montanha de discrição e um oceano de instrução: isso é a definição dada pelos árabes, cujos muitos homens medíocres queriam chamá-la de homem-mulher.

Havia, no tempo de Fernando e Isabel, professoras clássicas de retórica feminina; em Salamanca e Alcalá, a oradora Suzana Drassowich, que teve entrada na assembleia quando a Hungria se achava nas maiores angústias, ela a salvou com seus conselhos e enchia os jornais com suas orações em latim.

No reviver das letras na Itália, poderíamos citar Lucrecia Borgia e Victoria Collona, e, no século décimo quinto, as poetisas que se distinguiram.

Os visitadores da universidade de Pádua ainda observam com admiração a estátua da bela e instruída professora Elena Cornero, astrônoma, poetisa, musicista e professora em línguas. O papa

Benedito XIV deu à celebre matemática Maria Agoria o lugar de professora apostólica na universidade de Bolonha.

Ganganelli escreveu, em 1765, a uma senhora que lhe enviou uma tradução de Locke, expressando sua satisfação porque a sucessão das senhoras instruídas era ainda sustentada na Itália.

Nós citamos somente alguns exemplos de inumeráveis fatos, como também indicamos às nossas leitoras a afamada obra de Pedro de Ribeiro, intitulada *Os Imortais Triunfos e Empresas de 845 Mulheres*, e a livraria do conde Ferry, em Pádua, em 1852, consistindo somente de trinta mil volumes escritos por autoras femininas.

A Sra. Smith explicou a experiência prática, exerceu por muitos anos o emprego do ensino a ambos os sexos nos Estados Unidos e em vários estados da Europa; observou mais aptidão no sexo feminino e o progresso era igual. Mas, mais tarde, as meninas afrouxaram; conhecendo-se a diferença, ela perguntou a uma delas a razão, e ela explicou-a dizendo que os moços aprendiam e não afrouxavam porque seu aprender dava-lhes esperanças, mas que esperavam elas de sua pena, de seus estudos? Que o seu fim na sociedade não tinha valor para as inspirar.

Se as mulheres não alcançaram o grau de ciência do homem, é porque faltou-lhes sempre um estímulo; não se pode negar essa verdade.

Um deputado dos Estados Unidos contou que algumas senhoras lhe pediram, com lágrimas aos olhos, que lhes ensinasse um modo para que elas pudessem encher seu tempo, e absorver seus pensamentos.

Uma menina da aristocracia, em Londres, disse que os moços só estudam com entusiasmo a ciência com interesse nos empregos lucrativos.

Nós devemos lamentar o desconto que nos dá por benevolência da sociedade e conhecer que dar educação sem um fim não é mais

do que fortificar as asas de um pássaro na gaiola. É evidente esta convicção: que uma alma imortal necessita, para seu alimento, de mais alguma coisa do que visitar, passear, enfeitar-se, dançar, ler novelas, fazer crochê, ou fazer quitutes. É uma triste coisa ver, depois que a mulher é instruída, que dedica seus belos anos à ciência, não se fazer caso do seu talento, como uma senhora, filha de um deputado da Bahia, que trouxe todos os documentos dos belos exames que fez na Alemanha e mostrou o seu diploma de medicina, e não queriam dar licença para ela curar:[46] Isso não é despotismo? A sociedade que quiser progredir deve se utilizar de todos os talentos que se oferecerem.

Todas as mulheres que pensam e têm uma alma elevada devem viver descontentes do lugar que ocupam na sociedade; só as estúpidas e indolentes acham essa vida satisfatória, que fazem menoscabo do seu tempo, que o acham bem empregado no espelho, ou dançando, ou fazendo visitas inúteis, ou conquistas à sua custa.

Com a exclusão das mulheres dos empregos intelectuais, vem também a exclusão de ocupações lucrativas, sobre o que não nos queremos demorar, mas clamamos que se lhes abra a carreira aos talentos; deixem-nas escolher aquela para que se inclinarem, deixem-nas ser, se quiserem, capitães de navios, como a célebre Kiss Betsei Miller, que há dois anos comanda o brigue escocês Clotus e, entretanto, dizem que a mulher é incapaz para a ação; como seria engraçado, debatendo-se no porto de Belfort em uma

46 No século XIX, mulheres que aspiravam à carreira de medicina tinham que sair do país, formando-se em países como Estados Unidos e Alemanha. As jovens Maria Augusta Generoso Estrela e Josefa Águeda Felisbela Mercedes de Oliveira foram duas brasileiras que se mudaram para Nova York para cursar a faculdade de medicina. Elas lançaram, em 1881, o jornal *A Mulher*, que chegou a circular em terras brasileiras e trouxe a discussão da profissionalização de mulheres, principalmente na carreira médica. No Brasil, a gaúcha Rita Lobato Velho Lopes foi a primeira a se formar no país, defendendo em 1887 a tese "Paralelo entre os métodos preconizados na operação cesariana", pela então Faculdade de Medicina da Bahia.

tempestade, e ela animando os marinheiros com sua energia! A prova da espera é o sucesso: se Miss Miller pode passear pelo convés, Mme. George pode arguir casos na Corte, se algumas senhoras sabem desenvolver as transações de uma grande casa de comércio, se Maria Mitchel sabe descobrir cometas, e Hasiel esculpir estátuas, se Appolonia Jasiella pode combater em uma revolução da Europa, e Mme. Pintoam defender a inocência no tribunal, desenvolver as mais complicadas demandas e ter fama de primeira advogada nos Estados Unidos, se Harriet Heent sabe curar moléstias que foram declaradas incuráveis, Antonia Broun pregar excelentes sermões, e Maxhouvel escrever interessantes jornais, que têm subescritores em todos os países civilizados e lhe rendem por ano perto de 30 mil dólares, eles dirão que isso são exceções; por força que são exceções, que raro é o pai que se lembra de dar uma educação esmerada às suas filhas, porque a maior parte dos homens olham para uma mulher como uma máquina que só serve para a propagação.

As mulheres se esmerariam nas artes e ciências se tivessem a mesma educação e se se achassem nas mesmas circunstâncias dos homens. É inegável que tudo se reúne para desanimar a mulher: para cada um obstáculo que vence o homem de engenho, a mulher vence dez. Margarida Euller não cessa de contar a história inteira dos pequenos insultos e incômodos em que ela incorrera pelo simples esforço de tomar o lugar que lhe pertencia. Alguns críticos duvidaram da propriedade que Elisabeth Ranet aventurava, escrevendo versos tão pomposos. A mulher deve ser o objeto amável da poesia, mas nunca ser autora; a primeira lição para uma menina é fazer-se agradável, e, para um menino, ser útil e sábio. Pais, parentes, púlpitos pregam-lhe o mesmo evangelho; se abre os livros e os jornais, encontra neles a mesma teoria. Há dias ainda que li esta asneira num jornal: “a missão da mulher é de se fazer muito agradá-

vel aos homens". É o mesmo que o dito de Milton: "ele para Deus somente, e ela para Deus nele".

"As mulheres não devem se meter na história", diz um célebre escritor, "porque a história pede ação, e para esta são elas incapazes". O contrário mostram Margarida D'Anjou, Rainha Bess, a condessa de Derby, Flóra Magdonald e Graça Danling. Goethe dizia que os diletantes e as mulheres têm ideias fracas da poesia. O Dr. Chomine, em uma conversação sobre a exclusão e o domínio em religião, censura muito as mulheres que se esquecem da ternura de seu sexo e argumentam sobre teologia.

O homem pensa que a poesia da mulher deve ser sempre secundária e relativa. Um deu este exemplo: "este menino pode ser ainda um segundo Washington, ou Napoleão" e para a menina: "ela pode ser mãe de um Cícero ou Franklin", em vez que dizer que poderia vir a ser uma Mme. Stael ou Mme. Rolland, uma Maria Caetana. Eu vi a desaprovação de várias senhoras nesta ocasião: isto quer dizer que a mulher não tem outra mira senão o casamento, como se na vida não se tivesse mais nobres obrigações, com a grande diferença que onde existe o estímulo para o jovem há uma mão de ferro que oprime a mulher e a desanima. Por isso, não se pode esperar o desenvolvimento das faculdades da mulher para vários empregos com a mesma facilidade: as diferentes funções convenientes à mulher devem ir mais lentamente pela mesma razão porque é mais difícil subir duas vezes um rio contra a corrente do que descer pelo mesmo. Se o espírito da mulher é tão fraco, por que se lhe deixa lutar com tudo quanto o homem afasta de si? Há sobre isso a inconveniência a respeito da força maior que quer ser desenvolvida pelo encontro das preocupações: é provável corromper a simetria e graça de caráter que causa antipatia contra as mulheres distintas. Deem educação e posição acessível a todas as mulheres, e esta fonte de aversão há de acabar.

É admirável que, nos países onde o direito de ação política e universal é mais prezado e conservado com mais zelo entre os homens, sem escrúpulos o negam à mulher. Em vários países da Europa, como na Suíça e na Suécia, os sexos param em uma linha a este respeito: a distinção não é do sexo, mas sim da posição. Poucos homens podem ser reis, senadores e primeiros-ministros, e poucas mulheres podem ser rainhas, senadoras e chanceleres. A massa de ambos os sexos é igualmente afastada da participação direta dos negócios públicos: assim, nem homens nem mulheres se degradam nem são enganados. Alguns dos ministros mais eminentes da Europa e pensadores do último século falaram contra esse princípio de sufrágio universal, que se incluíssem as mulheres na consistência estabelecida; esse era o caso, por exemplo, com Pitt e Coleridge. Talleyrand diz que ver metade do gênero humano excluída de toda a participação do governo é um fenômeno político que, nos princípios abstratos, é impossível explicar.

O princípio da aristocracia é admitido, diz Tocqueville, no momento em que nós rejeitarmos um sufrágio absoluto e universal. O direito da mulher foi reconhecido entre os democratas europeus, como Condorcet, Jieijes, Godvin e Bentam. A esta prerrogativa, Tocqueville diz que a exclusão da política é a exclusão da existência, e metade do gênero humano é excluída dos direitos civis.

Não é para admirar que os homens sejam tão polidos para com o belo sexo; eles querem reconciliar suas injustiças para com o sexo fraco, com cumprimentos e galanterias, e tirar direitos para conceder favores.

O homem usurpa o solo onde ela está de pé e pede licença à mulher para lhe oferecer uma cadeira.

"Cavalheirismos", disse a sábia alemã Rahel, "é uma mentira da poesia necessária para restabelecer a igualdade dos sexos". Os mais ilustres escritores católicos censuram a maior parte das instituições

que são inimigas da influência da mulher, bem como de sua importância. Nas repúblicas é onde a mulher é mais rebaixada e roubada, porque o homem quer sempre privar daquilo que ele mais preza. Na Inglaterra é manifesto pelo concílio que a mulher pode servir em todos os empregos do reino, como rainhas, espiões de polícia, marechais, comissárias, inspetoras de canais, aquedutos, camareiras, governadoras das fábricas, inspetoras dos adros das prisões, criadas de polícia, escrivãs, guarda-livros. O emprego de carcereiro foi sempre exercido pela mulher.

Em uma ação da lei, era determinado que as mulheres solteiras senhoras de um castelo ou domínio podiam votar para membro do parlamento, e é sabido que Miss Pachington dá dois votos: o emprego de camareira-mor era ocupado por duas senhoras, e o lugar de secretário da rainha também já foi dado por várias vezes a senhoras, assim como de guarda-chaves dos portões das cidades.

Em uma freguesia de Norfolk, deu-se o emprego de escrivão a uma mulher porque, em uma população de seiscentas pessoas, não se achou um homem que soubesse escrever bem.

Na coroação do rei Ricardo, a dama Margarida Dimoch, mulher de Sir Dimoch, requereu o lugar de campeão do rei por possuir um domínio em Linconshire, e a desafiar todos os que se opusessem aos direitos da Coroa; a condessa de Pemvock, Dorset Montmorency, tinha o emprego de chefe hereditário de Vestmonoland, e o exerceu em pessoa, e no tribunal de Appleby, teve lugar entre os juízes, como também Lady Raus em Siffolkshire, debaixo do reinado de Alma, que foi cingida com uma espada, igual aos outros magistrados.

É um fato memorável que, entre os mais importantes tratados na Europa moderna, a paz de Cambraia foi negociada em 1829 exclusivamente por duas mulheres, Margarida de Carlos V e Luiza, mãe de Francisco I, e é conhecido como *Traité des Dames*.

É certo que é um nobre monumento da influência da mulher, em um mundo onde são abençoadas por fazerem a paz.

Foi concedido à Lady Berquelai convocar os jurados, e teve entrada na sessão de Hail, debaixo do reinado de Henrique VIII. Também empregos nos correios nós poderíamos bem desempenhar: não se veriam decerto essas desordens que se veem agora nas províncias. Nos Estados Unidos já exerciam as senhoras este emprego muitos anos antes da sua emancipação, e não houve razão de queixa.

É inegável que a desigualdade de direitos políticos entre o homem e a mulher é uma injustiça absoluta.

Cada indivíduo, homem ou mulher, não é o mesmo perante Deus? Não tem a mulher igualmente um corpo para ser protegido, uma alma para ser salva? Por que o homem há de ter mais liberdade que a mulher? O homem ignorante, estúpido, de má conduta é contado por alguma coisa no Estado, e a mulher, sendo em sabedoria uma Madame Stael, ou tipo de virtude, é contada por um zero.

Dizem que as mulheres nunca se revoltaram contra a sua escravidão. É evidente que elas consentirem neste estado de coisas é uma opinião errônea, é porque a sujeição tem nos feito ignorantes e tímidas; para bem da pátria, não se deve negar isso às mulheres.

Milhares de talentos se perdem entre quatro paredes, que podiam fazer inumeráveis benefícios a seus pais e introduzir uma cultura em dez anos que em um século não se efetua; e depois, acabará a pobreza, porque um homem não precisará trabalhar para dez mulheres, e cuidar em sua herança e em seu dote.

A sociedade será mais moralizada, porque o homem agora se atira a tudo para sustentar a decência da casa, nas regras do bom tom, e ver-se-á diminuir a prostituição de dia em dia, porque milhares de mulheres se entregam a este infame comércio por falta de

meios de vida, e outras por falta de uma verdadeira ocupação que encha sua alma.

O protesto das mulheres não é contra um abuso especial, mas contra um inteiro sistema de injustiças; a importância particular do sufrágio político para a mulher é porque ele parece ser o símbolo de todos os seus direitos. Uma vez que se reconheça a igualdade política dos sexos, todas as questões de igualdade legal, social, profissional e de educação se reconciliarão por si mesmas.

Eles vêm sempre com a ladainha de que as mulheres não desejam a liberdade e não a necessitam: as mulheres é que devem decidir sobre isso, é um despropósito o homem querer determinar o que a mulher deseja mais. Deixem-lhes a escolha livre e ver-se-á outro mundo: a mulher não será mais pesada ao homem, como presentemente alguns asseveram, será seu consolo, seu alívio, sua coluna à qual se encostará em todos os embaraços da vida; sua conselheira, sua verdadeira companheira e de quem usurpa o nome.

Não existem sinceridade, nem fidelidade, nem amizade sem igualdade.

Não se deve negar que a mulher, mesmo na sua escravidão, tem grande influência, apesar de não ter poder político.

O papa Clemente XIV dizia bem que algumas mulheres que apareceram somente como esposas de príncipes, embaixadores, e que não são mencionadas na história, foram frequentemente a causa das grandes ações do Estado: seus conselhos prevaleceram, e seus maridos gozaram da honra da sua sagacidade.

Montesquieu censura os que julgam um governo pelos homens que estão à testa dele, e não pelas mulheres que dominam estes homens. Napoleão recomendava sempre a seus espiões que observassem as mulheres.

Alguns querem dizer que não precisam do poder político, pela força moral que lhe deu a natureza para dominar o homem, mas um

poder oculto pode facilmente ser abusado, e é por esta razão que toda a responsabilidade deve lhe ser atribuída.

O governo de segunda mão é sempre defeituoso; se históricas demonstrações bastam para notar a grande diferença entre esta grande linha de senhoras que chamam meretrizes, que secretamente governaram a França, e as nobres soberanas de Inglaterra, Espanha e Alemanha: Montespan e Pompadour, contra Elisabeth da Inglaterra, Isabel da Espanha e Maria Thereza da Hungria.[47]

Foi somente nas últimas lutas da monarquia da França que apareceu o tipo de toda a nobreza feminina, Mme. Roland.

A questão é esta: a mulher deve ter influência, de alguma maneira deve-a ter, simples ou de todo responsável, e deve tê-la não pela hipocrisia, lisonjas ou aviltamentos, porque, com todas estas artes, a mulher nunca alcançava justiça de seu parceiro, nunca saía da absurda teoria que cada mulher é legal e politicamente representada por seu marido. Eis aqui uma adequada garantia: a resposta é que ela foi sempre representada por ele, desde que eles começaram a representar, e o resultado mostrou com este costume o que ganharam as mulheres na maior parte dos países: todo o sistema de leis acerca das mulheres é tão injusto que Lorde Broug declarou que era inútil tentar removê-lo.

Deve haver uma nova forma de leis para fazer justiça às mulheres. A injustiça não consiste em um estatuto especial como na teoria fundamental de lei. Não há homem sensato que possa ler os estatutos sobre este objeto, das mais ilustradas nações, sem admitir que foram feitos pelo homem, não com vistas de interesse para a

47 A autora estabelece uma oposição entre governos: monarcas franceses que tiveram vidas boêmias e amantes, em específico Luís XIV e Luís XV, em oposição às monarcas virtuosas, "nobres soberanas", da Inglaterra, Espanha e Hungria. Ela também levanta críticas pontuais a mulheres com vida sexual livre, como trata o caso das amantes de reis franceses. No século XIX, esses comportamentos não eram aceitos e muito menos defendidos em público.

mulher, mas sim em seu interesse próprio. Deve ser confessado, por aquele que vê as coisas na sua verdadeira luz, que nem a justiça nem galanteria são suficientes para procurar uma imparcialidade na posição legal de ambos os sexos. Com que ânimo pode o homem clamar a continuação desta confidência de suicídio? Há alguma coisa de respeitável no franco barbarismo da velha Rússia, quando diz: "aqui tens lobo a tua ovelha".

A mulher não é livre nem nos poderes da maternidade, quanto mais em outras circunstâncias, porque tem acontecido milhares de vezes estar uma de esperanças e, para anuir a outra vontade, perder seu filho; qualquer pequena paixão faz uma mulher abortar, e assim torna-se o homem o assassino de seu filho. Não pode ela votar, é uma grande aviltação; ela aprende, ela se aplica para cultivar o seu espírito, para não poder formar uma opinião em matérias civis? Entretanto que o homem, mesmo aquele sem instrução, algum roceiro que não saiba ler nem escrever, pode.

É um absurdo negar a todas as mulheres os seus direitos políticos porque as funções domésticas roubam todo o seu tempo, como se todos os homens fossem excluídos das Assembleias porque alguns são marinheiros, alguns soldados em serviço ativo, outros negociantes cujo comércio requer todo o seu tempo e toda a sua atenção e energia.

Dizem que a mulher não está ao fato de negócios políticos: certo que sim porque não tem estímulo para o estar. Deem-lhe ocasião e a inclinação será logo desenvolvida. Há receio de apresentá-la no público com temor da perda de sua modéstia e de sua virtude, dizem alguns críticos, mas seguramente a questão decide-se pela sua maior extensão: os homens calam-se com aqueles que dão concertos, que compõem dramas e representam.

Se a Jenny-Lind era um anjo de pureza e de benevolência por consentir parar, cantando e encantando perante milhares de

admiradores, é difícil negar à mulher o apresentar-se nos tribunais para defender a inocência, ou ir para a Assembleia para bem da sua pátria? Um bom conselho pode salvar, como aconteceu na Hungria, que uma ideia de Suzana Drasowich arrancou aquele país de grandes embaraços.

Pode-se dançar, cantar, fazer leituras públicas, e por que não orar? Os homens dizem que não necessitam dos conselhos da mulher porque são mais instruídos, é uma ideia errônea: muitos doutos ignoram o que um tolo sabe, e muitos tolos, o que sabe um douto.

Os países que podem progredir são aqueles que fazem uso de todos os talentos que se oferecem. Oprimem a língua da mulher em público e censuram que ela faça uso dela desproporcionalmente em particular. Mas, se ela tem o que dizer em uma ocasião, por que não em outra? Logo, não é falta de poder físico. Mme. la Grange enche tanto o teatro como La Plache e Tamberlick, e deixai falar aqueles que se inclinam à ideia de que semelhante carreira é incompatível com seu caráter.

Leiam a biografia de Elisabeth Ferry e o período mais brilhante que ela teve.

A grande ansiedade que o homem tem é que a mulher só se ocupe em coisas domésticas e o cuidado que não haja negligência no jantar, porque a primeira qualidade de uma mulher é saber cozinhar bem, mas eles não sabem que nossas maiores autoras escreveram livros de cozinha. O tempo bem repartido chega para tudo: a mulher que só se dedica aos trabalhos materiais é meia mulher; o homem deve consentir que, depois que o livro de cozinha esteja escrito e o jantar pronto, que a alma da mulher seja livre.

É para admitir que, entre as virtudes domésticas, existam funções mais nobres que a parte culinária; mas que cegueira é esta, de cultivar uma pelo assassinato de todas as outras faculdades? Então também são incompatíveis as obrigações paternas com as sociais?

O pai pode ser tão importante na criação de um filho como a mãe. Diz Jean Paul que a mãe marca as vírgulas e dois pontos; e o pai, o ponto final: por que há de se contentar somente com metade da missão?

Há fatos que convencem bem da verdade desta questão. A rainha Victória está à testa de seu reino e de sua casa, e preenche ambas as vocações.[48] E vê-se quase todos os dias, nos Estados Unidos, que as mulheres que se dão à publicidade são as melhores donas de casa e as mães mais ternas: os vinte e dois netos de Elisabeth Freiu não desmentem, e ela foi a conselheira de muitos ministros ingleses e correspondente de muitos soberanos da Europa. É tocante ler que, no maior auge de sua vida pública, ela escreveu uma obra sobre o trato físico e moral das crianças, e censurou muito a maneira de ensinar oprimindo-as, como fazem em Paris; assim como o seu nutrimento, ela provou que a maior parte das crianças que morrem é por falta de trato conveniente, e que a ama que quer desempenhar bem sua missão deve saber alguma coisa de medicina.

Todos os fatos provam que fracos são os argumentos que tendem em excluir a mulher da vida pública.

Os homens precisam do elemento feminino para ficarem melhores. É inegável que há alguma diferença nos dois sexos. Deus assim permitiu para o grande fim, mesmo nas qualidades femininas que os homens precisam na vida pública e na esfera da vida.

48 A monarca inglesa, que teve um extenso reinado de 63 anos, é apontada como exemplo de mulher virtuosa e política hábil. O sucesso de seu reinado, em um contexto de grande desenvolvimento industrial e colonização do continente africano e asiático, não impediu que ela fosse uma zelosa e dedicada mãe dos nove filhos que teve com seu marido, o príncipe Albert de Saxe-Coburg e Gotha.

A nobre influência de Manuelita, em Buenos Aires, sobre a política de seu cruel pai Rosas é uma prova do que pode aparecer quando essas influências forem legitimadas.[49]

A mulher como uma classe pode ser enganada, mas não totalmente desprezada; a sociedade pode corromper seu senso, mas nunca sua própria devoção. Seus pés são esmagados na China, suas cabeças em várias partes, mas seu coração não é oprimido.

Os homens necessitam, tanto na sua política como na sua sociedade, de mais coração.

Em vários Estados da Europa, quem foram os fundadores da sociedade da temperança, senão as senhoras? Quando se principiou a abolir a escravatura na Vestíndia? Quando uma mulher empreendeu explicá-la. A fatal inconsistência dos que protestam contra uma invasão na posição da mulher existe no fato de que eles toleravam terem já os homens concedido muito a recusar mais concessões.

Ela diz: ser escrava ou igual, aqui não há meio termo. É receio que exista a confusão na natureza dos dois, mas a natureza em geral providencia e emprega meios adequados que vão ao seu fim.

Lucia Stou diz que a natureza da mulher é estampada por seu Criador, e não há perigo que ela perca o seu sexo enquanto os seus olhos vigiarem sobre ela.

A natureza tem tudo a temer do constrangimento, mas nada da liberdade: o único peditório é ser livre em seus desejos, e não mulher constrangida pelos desejos dos homens.

Como as faculdades são divididas entre os sexos, demos a força para o homem, e a beleza para a mulher; assim é para duvidar que haja alguma diferença que faça sombra, sem inferioridade.

Corram para todas as naturezas espirituais assim de homens como de mulheres, deixe haver entre ambos os sexos uma união di-

49 Citação ao contexto argentino durante o governo ditatorial de Juan Manuel Rosas, no início do século XIX. Anna Rosa, inclusive, esteve nessa região por volta do ano de 1858, o que talvez explique esse apontamento.

vina de corações, de vidas, de direitos e de poderes, não a tirania do lado deles disfarçada com a capa do cavalheirismo. Lembrem-se dos princípios da independência que todo o governo deve deduzir seu justo poder por consentimento dos governados: o fim desta instituição, a manutenção e a administração do governo são para segurar o corpo político.

O corpo político é formado por uma associação voluntária de indivíduos; é um contrato social[50] pelo qual todo o povo convém com todo o cidadão, e cada cidadão com todo o povo: que todos devem ser governados por certas leis para o bem comum. É, então, obrigação de um povo formar um governo, providenciar um modo de fazer leis por uma fiel interpretação e execução.

As mulheres também são indivíduos, elas fazem parte do povo, são cidadãs. A Constituição distingue cidadãos masculinos, esta cláusula então concede mesmo que supliquemos. Observem como se expressam: se os povos não têm boas leis, devem ter boa administração, e um modo de fazer estas leis. A razão é que as boas leis não são com permanente segurança executadas por iguais métodos. Vossas leis podem ser ainda mais bem criadas, mas são dadas como uns favores temporários, não como um direito. Os povos devem ter freio, gritam os velhos déspotas, e asseveram que suas leis são boas.

Quando disseram a Alexandre da Rússia que seu caráter pessoal era tão bom para seu povo como uma constituição, dizia ele: "eu não sou nada mais que um feliz acidente". Vossa Constituição nunca quer ser tão benigna à mulher, mais que um feliz acidente fora, se concedêsseis que à mulher também coubesse partilhar e criar.

Nenhum modo é mais équo de fazer leis, mas é tarde para escolher mulheres para deputadas? O clamor das mulheres é inesperado, mas é lógico e irresistível.

50 A citação a Rousseau aqui é a mesma com a qual a autora inicia o texto, sendo reflexo direto das ideias do filósofo na obra *Do Contrato Social* (1762).

Em alguns países da Europa, tem a mulher poder e direito político; sirva de exemplo a rainha Victoria. Em países monárquicos, a linha que divide não é a do sexo, mas sim a da posição na sociedade. Uma mulher plebeia não tem direitos políticos, nem seu marido, mas entre nós o único caráter é o sexo: aqui no Brasil, todos os homens são fidalgos, e as mulheres, plebeias.

Todos os homens têm poder político, e nenhuma mulher o tem; é uma aristocracia particular, como diz Tocqueville: "qualquer classe que tem semelhante poder é uma aristocracia com oligarquia"; nós vemos o resultado disso no modo geral de falar da mulher: não falam nela como um indivíduo, e sim como uma coisa.

Um escritor público diz: "exceto os criminosos e os mendigos, não há classe que não tenha a liberdade de votar". As mulheres não são pessoas de classe? E os leitores nem deram por esta omissão.

Falando ultimamente com um sujeito chamado Silva, disse ele: "nós vamos para o progresso e liberdade, todos votarão". Eu perguntei-lhe se nós mulheres também; respondeu: "não pensava nelas quando falei"; logo, assim, eles falam de cada um e de todos, mas omitem metade do gênero humano.

Li num jornal a descrição de uma grande festividade e que todo o mundo e *muitas mulheres* foram lá: mulheres não são parte do mundo? Todas estas coisas mostram o resultado da inconsistência da nossa constituição, por isso pedimos consideração sobre os pontos que emitimos. Acreditamos que é mais fácil ridicularizarem nossa petição do que responderem aos nossos argumentos.

O grande público de antes não se envergonhava de confessar que as leis e os governos foram primeiramente introduzidos por uma mulher, Ceres. Eu confio que os representantes da sociedade moderna não podem se envergonhar de receber sugestões legislativas de suplicantes femininas.

Vamos à responsabilidade da vida: eu compreendo a esfera da mulher; eu vejo-a posta em toda circunferência da humanidade; eu clamo que sua esfera seja igual, porque interesses determinam obrigações, e obrigações são limites de esferas.

Em qualquer parte que o homem vá, a mulher deve ir também, e partilhar sua responsabilidade, como presentemente as senhoras na Inglaterra que, obrigadas a seguirem seus maridos para a Índia, se expuseram a todas as consequências terríveis de uma guerra com um povo selvagem.[51] Em geral, para o campo da batalha ela não é obrigada a seguir, lá não quer ir, pelo contrário, quer detê-lo e diz-lhe que é injusto que ele queira ganhar pela guerra: "custa-vos mais penas e dinheiro, que vale a causa? Se combateis, nossos campos se destruirão, nossos lares ficarão desconsolados, nossas casas cheias de desgostos e vícios, e a imoralidade lavrará os campos matadores humanos". Voltaire diz que as guerras são assassinatos legais.

Não posso mais demorar-me sobre a esfera da mulher, falarei um pouco de seus direitos; mas quero pôr a enxada no tronco da árvore, quero impressionar sobre a responsabilidade da mulher e os meios próprios de cumpri-la.

Meu primeiro clamor para a mulher é a educação, para que ela possa entender e ser capaz de desempenhar esta responsabilidade. Se a mulher tem uma missão, deve sentir as lutas do missionário em sua alma e revelá-las a seu irmão antes que o mundo queira compreender seu clamor, e aceitar sua missão. Deixai-a dizer para o homem: "Deus me confiou esta tenra criança para ser desenvolvida em corpo e alma, e eu ignoro os meios de cumpri-lo, dai-me conhecimento, dai-me instrução para que eu possa desenvolver suas

51 Provável referência à Revolta dos Cipaios, conflito iniciado em 1857, resultado da insatisfação dos indianos com o domínio colonial da Inglaterra. Em 1877, a tomada do território foi legitimada com a nomeação da rainha Vitória como Imperatriz da Índia.

faculdades, prevenir moléstias e ensinar-lhe as leis de seu físico e mental organismo. Vós, sendo pai, sois responsável por esta instrução; vossa felicidade está igualmente desenvolvida com a nossa. Vós deveis colher o fruto de nossa ignorância e do nosso saber. Se nós sofremos, vós também sofreis, ambos sofrem e se alegram em seu segundo ser".

Eu quisera que este objeto de responsabilidade que eu introduzi pudesse impressionar-vos da conveniência de conceder nossos direitos para sermos ajudantes dos homens no verdadeiro sentido de companheiras, mas não entendo que tenhamos a liberdade de ajudar o homem para o diabo; eu creio que nossa missão é ajudá-lo para o céu, para completo desenvolvimento e direto gozo de seu ser. Eu queria dizer, em referência aos direitos da mulher, que ela, como mãe da raça, seus direitos são os mesmos do homem também, e de seus filhos, e também cada filho de uma mãe; o desenvolvimento mais perfeito e enérgico que a mãe lhes pode assegurar, pela aplicação e pelo uso de todos os seus poderes corporais e espirituais, é para vantagem de nossos filhos e filhas, os homens futuros de nossa pátria, como para nossas filhas e futuras mães, que nós clamamos o completo desenvolvimento de nossas energias pela educação, proteção legal e poder, de todos os proveitos de nós mesmas como da nossa propriedade.

A mãe que derrama sangue por seu filho, que passa noites em claro ao pé dele, que o carrega nove meses no seu ventre, se uma propriedade existe, é o filho para sua mãe enquanto ele não é adulto; e esta mãe que tem suportado tantos trabalhos e feito sacrifícios não tem direito de proteger, de dirigir nem corrigir este filho? Isto deve-se chamar um crime de lesa majestade maternal.

Os homens dizem que a mulher não sabe educar filhos: mas por isso se clama por educação para a mulher, vós mesmas deveis educar essas mulheres na via de vossos negócios. Meus amigos,

o amor é o melhor mestre neste mundo; pois, maridos, vós não sabeis quantas vantagens podereis ganhar com o vosso ensino. Que discípulas habilidosas acharíeis em vossas mulheres e vossas filhas; com ternura e confiança, chamai-as para vosso adjutório e conhecimentos, ensinai-lhes de modo que possam ajudar-vos e adquirir conhecimento.

Beneficiai a quem vos ama que ficareis aliviado no fundo da cama; tirar-vos-ão o espinho do vosso travesseiro acreditando que podeis confiar a vossa mulher os manejos de vossos negócios de que depende a felicidade de vossa família, e em caso de vossa morte tem os filhos junto a si, e os educa para aparecerem no mundo com hábitos cheios de confiança em si e na sua independência. E vós sabeis que, subtraindo de vossas companheiras os conhecimentos e capacidade que as habilita a partilharem vossos cuidados e aliviar--vos em todos os casos em vossos negócios, negais-lhes a mais rica recompensa da afeição. É melhor dar do que receber. Sabeis que elas haviam ainda mais amar-vos se vissem que, nos conflitos da vida, não desprezaríeis sua habilidade nem sua devoção. Chamais as mulheres a vosso lado com amante confidência de iguais interesses e igual responsabilidade, e elas nunca vos faltarão.

Tornemos a responsabilidade da mulher e as leis que alienam os meios de ela desempenhar: deixai-me chamar vossa atenção à proposição que a lei que aliena o direito da mulher no poder de administrar suas propriedades e os próprios ganhos da sua indústria são a causa de todas as injustiças legais e sociais que ela sofre. Eu posso mostrar-vos que a alienação destes direitos a priva de proteger seus filhos quando seu pai é um libertino, um extravagante. É clamado por muitos, com razão, a igualdade de direitos entre os casados, porque só maus maridos é que se valem destas leis tão favoráveis ao homem e tão sem garantia para a mulher; é por esta proteção que vós, maridos, pais, irmãos, representais?

É para acreditar que já existiram amor paternal, amor fraternal, amor conjugal? Sim, existiram, mas foi só no antigo Egito, quando a mulher era divinizada e gozava de mais privilégios que o homem.

Irmãos, vós pedis que aceitemos o vosso amor, a vossa proteção, e a lei diz que é suficiente, quer ela nos sustente ou nos oprima, admitireis que a mulher excede ao homem em sacrifícios de amor: a sua dedicação passa em provérbio, e com tudo isso receais confiar vossos interesses a seu amor. Vós não vos sentis salvos em vossos interesses sem a proteção de igualdade de leis; então por que quereis que nós a dispensemos e que aceitemos somente a proteção da afeição do homem?

Eu tenho dito pouco sobre o direito da mulher para votar e fazer leis por causa de nossos antepassados, porque eles arrancaram a liberdade das mãos da opressão e do poder. Veremos com mais admiração seus filhos, no tempo vindouro, que quiserem ter a glória de ter feito justiça ao fraco, a essas que não podiam, mesmo querendo, arrancar sua liberdade de pais, irmãos e maridos.

Eu trabalho em vão porque creio que, quando os homens chegam a avaliar seus próprios direitos como meios de felicidade humana, antes do que desprezíveis ganhos, sentir-se-iam mais honrados em favorecer do que em reter os inalienáveis direitos da mulher. Também quero oferecer algumas ideias sobre a educação a minhas irmãs, a menos que não desanimem de alcançá-la pela opressão presente.

Nós podemos nos educar a nós mesmas. Pode ser que hesiteis pela suposta inferioridade da inteligência da mulher para com o homem, mas, se assim fosse, não me atreveria a pegar na pena para estabelecer a igualdade de capacidades.

A desigualdade da educação nos proíbe sustentar semelhante posição pelos fatos, mas há muito tempo que tenho disposto esta

questão à minha satisfação,[52] e talvez a minha conclusão vos inspire confiança para alcançar superior perfeição.

Nós acreditamos todos em um Criador e que ele é Onipotente, Onisciente e Senhor para adotar os meios para os fins que tem em vista.

Nós fomos criadas para sustentar certas relações como criaturas inteligentes. Deus dotou-nos com capacidade para desempenharmos as obrigações envolvidas nestas relações como criaturas racionais; deixai-nos observar as responsabilidades dentro da mais estrita esfera, a qual uma pessoa com senso comum quer limitar suas funções como mãe.

Depois de Deus, a mulher é o criador da raça como é e como deve ser; pergunto eu: então Deus criou a mulher inferior ao homem? Quando assim fosse, seria falso em sua sabedoria criando uma criatura inferior para uma obra superior.

Se é verdade, como se admite, que a responsabilidade é igual ao homem, eu proclamo que Deus dotou a mulher com igual capacidade para desempenhá-las. E como devemos desempenhar estas capacidades? Minhas irmãs, eu falo por experiência própria nesta matéria, declaro que a mim mesma me eduquei, a não ser um ano que estive em um colégio; a instrução que tenho adquirido é das livrarias públicas e do estudo da natureza humana, e desenvolvimento do espírito imortal para cumprimento do destino humano. A nossa própria experiência e o mundo em que vivemos, e pelo qual somos impressionadas, são a melhor escola, tanto para o homem como para a mulher.

52 Toda a argumentação de Anna Rosa Termacsics dos Santos é resultado de estudos aos quais ela vinha dando particular atenção de forma solitária. O autodidatismo se fazia necessário para as mulheres no século XIX, considerando que não tinham as portas abertas para ingressar em cursos e universidades.

A vida prática fornece a melhor disciplina para nossas faculdades: ela nos qualifica para seguirmos a vida como a achamos, e a deixamos melhor que talvez encontrássemos. Deste modo, eu estudei a mulher e estudei o homem, e o resultado foi uma resolução fixa, uma coragem indomável para fazer com minhas faculdades e minhas mãos o que aprendi, aperfeiçoando-me nas minhas habilidades para com Deus e a humanidade, e gozando da minha capacidade.

Com a luz da experiência, digo-vos, minhas irmãs, que a primeira coisa é aplicarmo-nos ao desempenho intelectual de nossas obrigações presentes, procurando aplicar todos os conhecimentos que nos deem capacidade para sermos úteis; somos sempre discípulas e não nos esquecemos de ensinar.

Como indivíduos, como mães, devemos primeiro acabar a ciência das leis do nosso físico, como seu organismo mental; depois necessitamos entender o conteúdo de nossas leis e relações sociais e domésticas, pelas quais estamos encadeadas à nossa espécie.

Eu não posso deixar este objeto sem chamar vossa atenção para outra face da educação.

Na mocidade, minha atenção foi examinar o valor da beleza e sua perfeição como afeição permanente. Não podia acreditar que Deus criasse tantas mulheres belas e que elas perdessem sua formosura no estado completo de suas faculdades ou encantos; e ainda fazemos todos os esforços em despender nosso tempo para sermos bonitas. Nós todas desejamos ser amadas, e como poderá ser isso não tendo outras qualidades a nosso favor, senão a beleza?! Esses encantos só servem para a primavera da vida; logo que o nosso tempo de dançar e de folias passa, em que havemos de agradar na idade avançada? Deus nos dotou com qualidades mais duradouras para melhor merecermos a afeição do homem. Minhas irmãs, eu acho que devemos nos igualar ao homem na sua cultura

de espírito e de coração, e não ficarmos na beleza e encantos que atraem somente a brutal natureza dos homens porque, quando a idade roubar esses encantos, deixareis de ser amadas e insipidamente vivereis. Cultivai vosso espírito e vosso coração, que vós vos tornareis necessárias a suas melhores e maiores simpatias. Ajudai ao homem em todos os seus trabalhos sérios da vida e sede seu adjutório com vosso próprio desenvolvimento para fins nobres, e para convencê-lo que sois circunspecta. Vendei vossas joias, se for necessário restringir vossa economia; aplicai o vosso tempo, despendido em visitas inúteis e em enfeites, na cultura de vosso espírito, e então responderá sua alma em vosso valor, e os laços que vos prendem durarão por tempos e farão de vós companheiras para a eternidade. Educai vossas filhas para a vida prática, e assim dotá-las-eis melhor do que com fortuna. Se elas se casarem pobres, poderão educar seus filhos; se os credores lhes tirarem tudo, nenhum meirinho poderá lançar mão desse capital, e a educação será seu pão e o gozo de sua vida.

O espírito cultivado desfruta o mundo muito mais que o ignorante pode prevenir-se contra milhares de males e dar ânimo e consolação em todas as condições da vida. Só o cego despreza o bonito, elevado e útil; como nós podemos pensar em liberdade e independência quando somos ainda crianças grandes? Não há esperanças de sairmos da nossa escravidão se nós não nos aplicarmos mais à cultura do nosso espírito.

Com os dinheiros que se empregam em enfeites, antes comprar livros; do que serve andar enfeitada com a cabeça vazia? Brilhai antes com a vossa conversação do que com vossas saias.

Por que razão havemos de trazer algemas nesta época em que respira tudo liberdade?

A mulher que nasceu livre estará sempre em ferros? Devemos procurar ser mulheres livres, livres na escolha da nossa carreira; por

que não sairão de nossas escolhas deputados, ministros, senadores? Dizem que nosso caráter é muito fraco, nossos corações e nossos sentimentos com facilidade se cativam, mas para a verdadeira mulher não há tentação alguma.

A honra, a liberdade e a eficiência na vida pública são direitos da humanidade. Elisabeth da Inglaterra, Christina da Suécia, Margarida de Parma, Catharina de Médicis e Maria Thereza da Hungria são exemplos claros na história do mundo.

Nós devemos fazer reconhecer a dignidade da mulher como a baixeza de abuso de força, e devemos procurar dar exemplo ao mundo de casamentos constitucionais. Quebremos nossas algemas: a liberdade nunca foi prejudicial, pelo contrário, ela desenvolve todas as faculdades morais, faz florescer todas as artes, ciências e indústrias, engrandece as nações e enriquece os povos.

Quereis que a mulher se sacrifique, se incline a empreender tarefas difíceis, quando ela sabe que tais sacrifícios são mal interpretados? Que se esforce em ser fiel companheira de seu marido, que com ele partilhe todos os desgostos, todos os trabalhos, que o reconheça igual, quando tão amiudadas vezes é obrigada a respeitar um senhor? Quando, ensinada por seus pais, ouviu dizer: "ao marido cumpre mandar, e à mulher obedecer"? Quando aqueles mesmos que deveriam educá-la para a vida futura, aqueles que deveriam inocular-lhes germens de nobreza, foram os primeiros que lhe declararam a mesquinha sorte que se reservava a ela? Quando eles foram os primeiros que lhe ensinaram!

"A mulher não deve intervir nos negócios do marido; a ele só compete dar pão à sua família, e a ela velar sobre a honra de sua casa", e mesmo nesta escravidão que existimos, vemos muitas senhoras distintas. Em música, poesia e na arte dramática, por ventura não agradece o seu desenvolvimento à mulher? À sua assídua dedicação? E se a mulher, em sua esfera tão limitada, tem tido co-

ragem para empreender tão difíceis tarefas; se ela sempre obrigava o homem a admirá-la e respeitá-la, a curvar-se perante ela, e confessar o grande talento que a distingue; se a mulher, digo, convencia muitas vezes o homem a reconhecer que tem bastante coragem para vencer as maiores dificuldades; se a mulher provava que é tão apta como o mesmo homem para compreender tudo, não seria criminoso o querer se conservar por mais tempo essa barreira tão pouco honrosa para o homem, tão pouco conveniente para a mulher e tão contrária a todo o progresso?

Ninguém se persuada que eu quero desmoralizar, que quero defender os seus direitos por interesse próprio: não; é só por filantropia e para enxugar tantas lágrimas que correm entre quatro paredes fechadas.

Não é meu intento semear intrigas e provocar descontentamentos no templo sagrado das famílias: não! Sou a primeira a propagar a moral. O que quero é que a mulher seja instruída conforme suas habilitações; o que queremos é que a mulher seja recompensada conforme seus merecimentos; o que queremos é que ela tenha uma posição na sociedade correspondente às suas obrigações e aos seus talentos; só assim livraremos a mulher dos inumeráveis perigos a que está exposta a todo o momento. Só assim nós constituiremos um ente livre e respeitado na sociedade, só assim se obrigará a mulher a desenvolver as suas faculdades e ser útil à sociedade; só assim obrigaremos o homem a se conservar nos limites da decência, não ultrapassar as leis morais, não abusar de sua posição, fazendo com seu ouro calar a voz da virtude.

Só assim, enfim, propagaremos a verdadeira moral, respeitaremos a virtude, recompensaremos o mérito e seremos felizes!

FIM

Sobre as autoras

Anna Rosa Termacsics dos Santos

Anna Rosa Termacsics dos Santos nasceu em 1821, em região que hoje abarca o território da Hungria, na Europa, chegando ao Brasil aos sete anos, com o pai e duas irmãs. A partir da adolescência e até o fim de sua vida, dedicou-se ao ensino, especialmente de música, bem como de línguas e primeiras letras. Nunca se casou. Aos 47 anos, em 1868, publicou, por conta própria, no Rio de Janeiro, o *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar*, assinado com as iniciais A.R.T.S.

Cristiane Ribeiro

Cristiane Ribeiro é licenciada e mestre em história. Atualmente cursa o doutorado em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Integra o grupo de pesquisa Mulheres e a Escrita da História (NEHSP/CNPq). Ao longo de sua trajetória acadêmica, tem dedicado suas pesquisas aos estudos das relações de gênero no século XIX e da luta das mulheres por direitos, especificamente no âmbito político e profissional. Foi a pesquisadora responsável por empreender o trabalho histórico de desvendar o anonimato de A.R.T.S. e a sua trajetória em prol dos direitos femininos, que agora estão sendo apresentados ao público.

Anna Rosa Termacsics dos Santos nasceu em 1821 em uma região que hoje abarca o terr tório da Hungria, na Europa, e chegou ao Brasil com sete anos. Na adolescência, iniciou sua vida profissional como professora de música no Rio de Janeiro. Com formação intelectual autodidata por toda a vida, o *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar*, publicado pela própria autora aos 47 anos, é um texto contundente sobre a opressão praticada quando mulheres são impedidas de estudar, de escolher uma área de trabalho de acordo com seus talentos e de exercer os direitos políticos de votar e ser eleita.

Publicado em 1868, o *Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar* denuncia a injusta proibição do direito ao voto feminino, bem como as condições desiguais do acesso das mulheres à educação e ao trabalho à época de sua publicação, sendo um registro fundamental dos primórdios da reivindicação de direitos políticos para as mulheres no Brasil. Publicado inicialmente apenas com as iniciais A.R.T.S., essa edição recupera o nome da autora: Anna Rosa Termacsics dos Santos. Essa obra tanto resgata uma luta histórica como aponta reflexões para as desigualdades de gênero que ainda estão sendo enfrentadas na contemporaneidade.

edições **câmara**
LEGADO